

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA PROPRIEDADE**  
**INTELECTUAL**

**SÉRGIO MURILO CARVALHO MESSIAS**

**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA PARA O PROCESSO DE INDICAÇÃO**  
**GEOGRÁFICA DAS ATIVIDADES FÍSICAS EM MEIO À NATUREZA**

São Cristóvão (SE)

2016

SÉRGIO MURILO CARVALHO MESSIAS

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA PARA O PROCESSO DE INDICAÇÃO  
GEOGRÁFICA DAS ATIVIDADES FÍSICAS EM MEIO À NATUREZA

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual.

Orientador: Prof. Dr Robelius De Bortoli

São Cristóvão -SE

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA PROPRIEDADE  
INTELLECTUAL



**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Ao vigésimo oitavo dia do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, reuniram-se na Sala 04 do Departamento de Educação Física - DEF, Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, os membros da Comissão Examinadora, Prof. Dr. Robelius De Bortoli (Orientador - UFS), Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Eleonora Almeida Paixão (Examinadora interna - UFS) e o Prof. Dr. Marcos Bezerra de Almeida (Examinador externo ao Programa - UFS), para avaliar o trabalho intitulado " **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA PARA O PROCESSO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DAS ATIVIDADES FÍSICAS EM MEIO À NATUREZA** " do mestrando **SÉRGIO MURILO CARVALHO MESSIAS**. O Orientador, assumindo os trabalhos na qualidade de Presidente, passou a palavra ao candidato, para que ele expusesse sua Dissertação, informando que o mesmo dispunha de 30 (trinta) minutos para a apresentação, que cada examinador iria dispor de 20 (vinte) minutos para fazer arguições e que o candidato gozaria de 20 (vinte) minutos para responder aos questionamentos. Terminada a exposição do candidato, o Presidente passou a palavra aos membros da Comissão, que iniciaram a arguição. Terminada a arguição, o candidato retirou-se da Sala para que os membros da Comissão atribuissem-lhe as notas. Logo em seguida, o Presidente anunciou que o candidato foi considerado aprovado. Foi concedido um prazo de 30 dias para o candidato efetuar as correções sugeridas e apresentar o trabalho em sua redação definitiva. O Presidente proclamou o candidato **MESTRE EM CIÊNCIA DA PROPRIEDADE INTELLECTUAL**, devendo este resultado ser homologado pela Comissão da Coordenação de Pós-Graduação. Em seguida, o Presidente agradeceu aos membros da Comissão Examinadora, aos presentes e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente, Robelius De Bortoli e demais membros da Comissão Examinadora. São Cristóvão/SE, Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, 28 de janeiro de 2016.

Prof. Dr. Robelius De Bortoli  
Orientador - UFS

Prof.ª Dra. Ana Eleonora Almeida Paixão  
Examinadora interna - UFS

Prof. Dr. Marcos Bezerra de Almeida  
Examinador externo ao Programa - UFS

Sérgio Murilo Carvalho Messias  
Candidato

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Messias, Sérgio Murilo Carvalho

M586f      Fundamentação teórica e prática para o processo de indicação geográfica das atividades físicas em meio à natureza / Sérgio Murilo Carvalho Messias; orientador Robelius De Bortoli. – São Cristóvão, 2016.

68 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual)–  
Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Propriedade intelectual. 2. Exercícios físicos – Aspectos ambientais. 3. Saúde. I. De Bortoli, Robelius, orient. II. Título.

CDU 347.77

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Urbano Messias Neto e Valdice Carvalho Messias, que sempre estão presentes em minha caminhada, a minha esposa Eurydice Alencar e minhas filhas, Nathalia Messias e Marcela Messias, que me dão sempre motivos pra continuar nessa jornada de aprendizado.

## AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer a todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e difíceis ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida. Agradeço a Deus, a minha família e a todos os demais de coração.

Diante de tantas dificuldades de tempo e muitas vezes por falta de disposição por tantos afazeres do dia a dia é que quero deixar aqui o meu agradecimento especial ao meu orientador o professor Drº. Robelius De Bortoli que esteve sempre presente e pacientemente me conduziu na construção desse trabalho.

Agradeço também aos professores Drº. Marcos Bezerra Almeida e Drª. Ana Eleonora Almeida Paixão por terem aceito compor a minha banca examinadora e gentilmente contribuíram com suas valiosas observações para melhoria do meu trabalho.

A todos amigos e colegas que conheci durante o curso, com os quais compartilhei bons momentos e boas experiências e que também me apoiaram nessa caminhada, em especial aos amigos Rodrigo Albert, Vanusa Souza e Vinícius Lago.

## EPIGRAFE

Cada dia sabemos mais e entendemos menos.

Albert Einstein

## RESUMO

Atividades de lazer, físicas e esportivas realizadas em meio à natureza são cada vez mais praticadas e elas estão sujeitas à forte normatização e à regulamentação dos órgãos controladores. Considerando a grande importância dessas atividades no cenário econômico e nas suas diversas modalidades, essas práticas vêm se destacando cada vez mais através do seu potencial de trabalho, da geração de renda e de emprego. Garantir que uma atividade física e desportiva seja realizada com segurança em meio ambiente ou em áreas de preservação ambiental é um fator preponderante para os órgãos públicos, tanto pela questão da preservação do meio ambiente quanto pela segurança dos envolvidos. A certificação segue regras estabelecidas em guias internacionais publicados pela International Standards Organization, que é o organismo internacional de normatização e consiste na declaração de que um produto, processo, sistema ou pessoa encontra-se em conformidade com os requisitos especificados nas normas técnicas. Essas normas de certificação, atualmente, estão voltadas para dar suporte ao Ecoturismo e ao Turismo de Aventura e não atendem às especificidades de uma Atividade Física para ser realizada em meio à natureza. O objetivo deste estudo é buscar fundamentação teórica e prática para a certificação de percursos em meio à natureza por Indicação Geográfica, possibilitando um melhor controle efetivo das relações psicológicas dos praticantes dessas modalidades. Neste estudo, são abordadas também as questões fundamentais relativas ao conjunto de sistemas de certificações existentes e que atendem a algumas especificidades, mas que servirão como referência para uma sustentação teórica para uma possível criação de um programa de certificação de percurso por Indicação Geográfica no Brasil, pois as Indicações Geográficas podem ser consideradas um tipo de certificação pertencente à área da propriedade intelectual e mais especificamente da propriedade industrial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Certificação; Ecofitness; Saúde.



## **ABSTRACT**

Leisure activities, physical and sports activities carried out in the middle of the nature are increasingly practiced and they are subject to strong normatization and regulation of organs controllers. Considering its great importance in the economic scenario and in its different modalities, these practices, comes if highlighting increasingly through its potential labor income generation and employment. Ensure that a physical and sporting activity is performed with safety in the environment or in environmental preservation areas is an important factor for the public organs, both by the issue of the preservation of the environment, as the safety of involved. The following certification rules established at international guides published by International Standards Organization, and consists in the declaration that a product, process, system or person is in accordance with the requirements specified in the technical standards. These standards of certification currently are directed to support Ecotourism and Adventure Tourism and do not meet the specificities of a Physical Activity be performed in the middle of the nature. The objective of this study is to seek theoretical and practical for the certification of paths through the nature by Geographical Indication, enabling an effective control of physiological and psychological relations of practitioners of such arrangements. In this study are also addressed the key issues relating to the set of existing certifications and systems that meet certain specific features, but which will serve as a reference for a theoretical underpinning for the possible creation of a certification program of course by the geographical indication in Brazil, because the geographical indications may be considered a type of certification belonging to the area of intellectual property and more specifically of industrial property.

**KEYWORDS:** Certification; Ecofitness; Health.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – RESERVA BIOLÓGICA DE PIRATUBA.....	32
FIGURA 2 – FAMÍLIA DE EXTRATIVISTA DA AMAZÔNIA.....	33
FIGURA 3 – RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ALVOREDO. ....	34
FIGURA 4 – PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. ....	35
FIGURA 5 - MAPA DA SERRA DE ITABAIANA, PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA, SE. ....	36
FIGURA 6 - MAPA VISTA ÁREA DA FLONA DA IBURA. ....	39
FIGURA 7 – REPRESENTAÇÃO DO QUANTITATIVO DE INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA E DENOMINAÇÃO DE ORIGEM. ....	41
FIGURA 8 – REPRESENTAÇÃO DO QUANTITATIVO DE INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA EM RELAÇÃO A PRODUTOS E SERVIÇOS.....	41
FIGURA 9 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERCENTUAL DE CINCO ESTADOS DO BRASIL QUE UTILIZAM A DENOMINAÇÃO DE ORIGEM.....	42
FIGURA 10 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERCENTUAL DOS ESTADOS DO BRASIL QUE UTILIZAM A INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA. ....	42
FIGURA 11 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERCENTUAL DE INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA EM RELAÇÃO À SUA ORIGEM.....	43
FIGURA 12 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERCENTUAL DE INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA EM RELAÇÃO AO TIPO DE BENEFÍCIO. ....	43
FIGURA 13 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA VARIAÇÃO LINEAR DE REGISTRO DE INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA E DENOMINAÇÃO DE ORIGEM. ....	44
FIGURA 14 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE VOLUME DE REGISTRO E SUA MAIOR CONCENTRAÇÃO. ....	44
FIGURA 15 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS NBRS VÁLIDAS E EXTINTAS ATÉ 2015. ....	48
FIGURA 16 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE PERCENTUAL DAS ESTRUTURAS DE SERVIÇOS.....	49
FIGURA 17 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE PALAVRAS CHAVE MAIS UTILIZADAS.....	49
FIGURA 18. NÚMERO DE REGISTROS DE PUBLICAÇÕES SOBRE PERFIL POMS DISPONIBILIZADAS ANUALMENTE NA BASE DE DADOS PERIÓDICOS DE CAPES. PESQUISA FEITA EM MAIO DE 2014. ....	51

FIGURA 19 VALORES PRÉ E PÓS-TESTE DAS VARIÁVEIS TENSÃO/DEPRESSÃO (T); DEPRESSÃO (D); HOSTILIDADE/RAIVA (H); VIGOR (V); FADIGA (F) E CONFUSÃO (C) PARA O TOTAL DA AMOSTRA. (** P<0,01).....	53
FIGURA 20. VALORES PRÉ E PÓS-TESTE DAS VARIÁVEIS TENSÃO/DEPRESSÃO (T); DEPRESSÃO (D); HOSTILIDADE/RAIVA (H); VIGOR (V); FADIGA (F) E CONFUSÃO (C) PARA AMOSTRA FEMININA. (** P<0,01).....	53
FIGURA 21. VALORES PRÉ E PÓS-TESTE DAS VARIÁVEIS TENSÃO/DEPRESSÃO (T); DEPRESSÃO (D); HOSTILIDADE/RAIVA (H); VIGOR (V); FADIGA (F) E CONFUSÃO (C) PARA AMOSTRA MASCULINA. (* P<0,05; ** P<0,01).	54

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA DE ESTUDO .....	17
1.2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS .....	17
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>18</b>
2.1 O BRASIL E SEUS MODELOS DE CERTIFICAÇÃO.....	18
2.1.1 <i>Legislação e suas NBRs</i> .....	20
2.1.2 <i>Indicação Geográfica e sua Importância</i> .....	24
2.1.3 <i>Competência Legal para Registro de I.G.</i> .....	26
2.2 A BUSCA POR ATIVIDADES FÍSICAS ALTERNATIVAS .....	27
2.2.1 <i>Atividades de Aventura e Gerenciamento de Risco</i> .....	29
2.3 HISTÓRICO SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL.....	31
2.3.1 <i>Proteção Integral</i> .....	32
2.3.2 <i>Grupo de Uso Sustentável</i> .....	33
2.3.3 <i>A Reserva Biológica</i> .....	34
2.3.4 <i>Os Parques Nacionais</i> .....	35
2.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM SERGIPE .....	36
2.4.1 <i>PARNA Serra de Itabaiana</i> .....	36
2.4.2 <i>FLONA do Ibura</i> .....	38
2.4.3 <i>REBIO de Santa Isabel</i> .....	39
2.5 MAPEAMENTO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS.....	39
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
3.1 ESTUDO PSICOLÓGICO .....	46
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>48</b>
4.1 NBRs DO ECOTURISMO .....	48
4.2 ALTERAÇÕES PSICOLÓGICAS .....	50
<b>5 DISCUSSÃO .....</b>	<b>55</b>
5.1 ALTERAÇÕES PSICOLÓGICAS .....	58
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atividades de lazer, físicas e esportivas realizadas em meio à natureza são cada vez mais praticadas e sujeitas à forte normatização e à regulamentação dos órgãos controladores. Considerando a grande importância econômica desse segmento em suas diversas modalidades, observa-se que essa procura vem crescendo e se destacando cada vez mais através do seu potencial de trabalho e de geração de renda e de emprego. Para tanto, é necessário que organismos fiscalizadores atuem constantemente em prol de uma certificação, pois a mesma consiste na declaração de que um produto, processo, sistema ou pessoa encontra-se em conformidade com os requisitos básicos especificados nas normas técnicas.

As normas de certificação seguem regras estabelecidas em guias internacionais publicados pela International Standards Organization, que é o organismo internacional de normatização. Todas essas normas estão voltadas para dar suporte ao Ecoturismo e ao Turismo de Aventura e elas não atendem às especificidades de uma atividade física para ser realizada em meio à natureza, considerando-se que, nessas atividades, pode haver riscos à integridade física e psicológica dos praticantes.

Dentro desse contexto, também é importante analisar esse tema sob a ótica da Inovação Tecnológica e do processo de gerenciamento das atividades ditas de Ecoturismo, pois a inovação pode ser classificada como o conjunto de possibilidade de avanços tecnológicos, seja em termos criativos ou em termos inventivos. Dessa forma, podemos acreditar que num processo de criação e de inovação ao ser concretizado, materializa-se em novos produtos ou novos processos de produção. Nesse sentido, a inovação, com todas as suas especificidades, está intimamente relacionada à proteção da propriedade intelectual e que tem como característica principal a criação de objetos a serem posteriormente protegidos (SILVA; SILVA, 2013).

Segundo Quintella *et al.* (2010), a Propriedade Intelectual é um conjunto de direitos que incidem sobre a criação do intelecto humano, termo genérico que é utilizado para designar os direitos de propriedade que incidem sobre a produção intelectual humana, garantindo ao titular de direito o poder de auferir recompensa pela própria criação e por determinado período de tempo.

O significado da palavra propriedade, na sua grande maioria, assim como os diversos modelos de propriedade tem em comum o fato de que o titular do mesmo tem livre poder para usá-lo, desde que esse uso não seja divergente à lei e não entre em conflito com os direitos de

terceiros. Atualmente, o termo "propriedade intelectual" se restringe a tipos de propriedade que resultem da criação do espírito humano.

Na convenção de Berna, o termo Propriedade Intelectual que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) não é definido de modo formal. Os Estados que redigiram a convenção preferiram apresentar uma lista exaustiva dos direitos relativos.

Nesse contexto, podemos entender que do processo de criação até sua proteção legal há um caminho muito árduo. Um dos grandes desafios para a proteção da Propriedade Intelectual, em âmbito mundial, está ligado às leis, tendo em vista as particularidades de cada país em considerar o que é novo, o que é inovador, o que é original e o que não é, pois esse entendimento entre o novo e o inovador é a base principal para a proteção (SILVA; SILVA, 2013).

Como a Propriedade Intelectual se trata de uma ação que decorre diretamente da capacidade criativa e inventiva da inteligência humana, é necessário que a criação ou invenção seja protegida. O sistema de proteção é definido em categorias que compreendem alguns direitos relativos nos quais cada um assume a sua representatividade na legislação.

O Direito de Autor e Conexos são direitos atribuídos às obras intelectuais expressas, por qualquer meio, ou fixadas em qualquer suporte. Ao direito do autor, fazem parte as obras literárias, artísticas e científicas; e aos direitos conexos, as interpretações artísticas, fonogramas e transmissões por radiodifusão e por programas de computador.

Nesse contexto, a Propriedade Industrial com o objetivo de promover a criatividade pela proteção, pela disseminação e pela aplicação industrial de seus resultados concede seus direitos ao titular das tecnologias industriais e de marcas. Nos demais casos, a exemplo das Patentes, a sua proteção é decorrente das invenções. Ao desenho industrial, atribuem-se os aspectos ornamentais ou estéticos de um objeto; já a marca, admite-se todo um sinal distintivo e visualmente perceptível.

Na perspectiva de Uchôa *et al.* (2011), por ser um tipo de proteção específica no âmbito da Propriedade Intelectual, o ramo da proteção *sui generis* envolve a topografia de circuito integrado e as variedades de plantas chamadas de cultivar, bem como os conhecimentos tradicionais e o acesso ao patrimônio genético, sendo cada tipo de proteção regulamentada por legislação própria. Sendo assim, não abrangem o direito de autor e a propriedade industrial.

No Brasil, o termo Indicação Geográfica é considerado pela Lei da Propriedade Industrial nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que define a I G em duas espécies: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). Na legislação brasileira, a Indicação de Procedência significa mais do que simplesmente uma indicação de que o produto ou serviço originou de uma determinada localidade. É necessário que tal localidade tenha se tornado

conhecida devido à determinada característica, ou seja, é preciso que a região tenha algum histórico com relação à produção de determinado produto ou serviço. Já a Denominação de Origem requer uma região que designe produto ou serviço cujo meio geográfico influencie diretamente na qualidade ou na característica do produto ou do serviço.

O Brasil protege suas Indicações Geográficas por meio da Lei da Propriedade Industrial - LPI, que regula os direitos e as obrigações relativas à propriedade industrial e dispõe sobre as Indicações Geográficas em seu título IV. No âmbito da proteção, o registro deve ser solicitado através do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), entidade governamental responsável pela concessão das I Gs, regulamentada pela Resolução INPI Nº 75, de 28 de novembro de 2000, instrumento legal normativo que estabelece as condições para esse tipo de registro.

No Brasil, a I G é considerada de natureza declaratória, desenvolvida pelos produtores e identificada pelos consumidores, entretanto, para ser formalizada e ter o reconhecimento pelo INPI, órgão federal subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), é necessário que a solicitação do pedido de reconhecimento do nome geográfico associado a determinado produto ou serviço obedeça à legislação em vigor, visando demonstrar e garantir a reputação ou o *terroir*<sup>1</sup> da sua região de origem e fornecer ao consumidor a garantia de sua qualidade tradicional.

Somente os produtores da região podem utilizar a Indicação Geográfica, e apenas eles, por meio de uma entidade representativa (associação, sindicato, etc.), são legalmente autorizados a solicitar o pedido de registro no INPI.

De acordo com o Art. 177 da lei 9.279/96, é considerada Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Nesse caso, não há necessidade de que as condições geográficas da região tenham contribuído para a notoriedade da região. Tal reputação é devida à “determinada qualidade ou outra característica regional”.

Já o Art. 178 estabelece que se considera Denominação de Origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos aos fatores naturais e humanos.

---

<sup>1</sup> Terroir designa "uma extensão limitada de terra considerada do ponto de vista de suas aptidões agrícolas".

Nesse caso, é necessário que os fatores naturais da região sejam preponderantes, como a composição do solo, altitude, temperatura, umidade do ar, entre outros, em conjunto com os fatores humanos que se traduzem pela intervenção do homem, como o notório saber, relacionados a métodos de cultivo, fabricação, vinificação, espaçamento entre mudas, armazenamento e procedimentos de colheita que afetam o produto ou o serviço de maneira que acarretem com forte tipicidade, comprovado renome e caráter único.

De acordo com Siqueira (2014), o Brasil apresenta um número relativamente baixo de Indicações Geográficas apesar de possuir uma grande extensão territorial, com dimensão continental. Em 2012, foram registradas junto ao INPI, 25 Indicações Geográficas nacionais reconhecidas, sendo 19 Indicações de Procedência e 06 Denominações de Origem. Já em 2013, alcançaram-se 33 registros, dos quais 26 eram Indicações de Procedência e 07 eram Denominações de Origem. Nesse contexto, observa-se que o número de I G no Brasil tem sido crescente, porém ainda bastante modesto.

O INPI, como órgão responsável pela análise dos pedidos de Patentes, Marcas, Desenho Industrial, Indicação Geográfica, Programa de Computador e Topografia de Circuito Integrado, também oferece serviços de informação tecnológica de bancos de patentes e emite decisões sobre o pedido de averbação/registro de contratos de licenciamento de direitos de propriedade industrial, transferência de tecnologia e franquia.

Os elementos importantes que devem ser apresentados para fins do reconhecimento da Indicação Geográfica são documento que comprove a legitimidade do solicitante; a delimitação da área geográfica para garantir o uso devido do sinal distintivo da IG aos produtores localizados nesta área delimitada e o regulamento de uso, onde são estabelecidas as regras de produção, disciplina e sanções ao não cumprimento das ditas regras (INPI, 2014).

De acordo com as normas, deve ser informada, na estrutura de controle que vai garantir a observância ao estabelecido no regulamento de uso, a comprovação da reputação da região ou do meio geográfico que afeta o produto ou serviço, entre outros elementos. O nome geográfico que se tornou genérico, ou seja, é percebido pelo público como tipo de produto ou de serviço, não pode ser protegido como indicação geográfica, pois perdeu a evocação à sua região de origem.

As Indicações Geográficas podem ainda ser protegidas pelo registro de marcas coletivas ou marcas de certificação. As marcas coletivas, ao contrário das marcas, pertencem, por um lado, a um grupo de comerciantes ou produtores. Elas visam identificar produtos ou serviços provenientes de membros de uma determinada entidade.



As marcas de certificação, por outro lado, não são passíveis de apropriação: são registradas na suposição de que qualquer pessoa que preencha as condições prescritas possa utilizá-las. As marcas de certificação atestam a conformidade de produtos ou serviços a determinadas normas ou especificações técnicas.

Segundo Uchôa *et al.* (2011), certificação é aquela que atesta a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada. São conhecidas como selos, por exemplo, ABNT, INMETRO e ABIC.

A certificação consiste na declaração de que um produto, processo, sistema ou pessoa encontra-se em conformidade com os requisitos especificados nas normas técnicas. É efetuada por organizações especializadas, chamadas de organismos de certificação, públicos ou privados, mas necessariamente independentes, ou seja, não podem ter relação direta ou indireta com o objeto a ser certificado, cuja competência técnica é atestada pelo órgão acreditador. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) é o órgão nacional de acreditação para organismos de certificação, de inspeção e laboratórios. Atua de acordo com as normas e diretrizes internacionais mediante a realização de auditorias. (Brasil, 2010, p.34).

Segundo Ramos e Souza (2009), as Indicações Geográficas podem ser consideradas um tipo de certificação pertencente à área da propriedade intelectual e, mais especificamente, da propriedade industrial. Como em outros processos desta natureza, a propriedade e o produto são avaliados dentro de padrões previamente estabelecidos e aceitos a fim de garantir a certificação. Nesse sentido, poder gerar um diferencial competitivo de modo a viabilizar o aumento do valor do produto ou serviço, torna-se de suma importância para vencer a competição no mercado, garantindo novas adesões e retenções de consumidores fiéis para criação de um programa de certificação de percurso por indicação geográfica no Brasil.

Diante dessas considerações, a expectativa é que a realização deste trabalho traga uma contribuição para o Programa de Ciências da Propriedade Intelectual, visto que apresenta questões que ainda precisarão ser estudadas e avaliadas posteriormente, pois se trata de um tema cuja relevância consiste no fato de que a realidade atual tem mostrado cada vez mais a procura crescente por atividades de lazer em meio à natureza, desmistificando o ideal de uma atividade física realizada meramente nos seios de grandes centros esportivos, podendo sim, destacar-se nos arredores dos parques nacionais, áreas de preservação ambiental entre outras que poderão ser solicitadas a certificadas por Indicação Geográfica.

## 1.1 PROBLEMA DE ESTUDO

Como identificar parâmetros para implantação de uma certificação de percurso para atividade física em meio à natureza, avaliando os fatores psicológicos dos praticantes dessa modalidade como base de sustentação para a validação do mesmo.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo deste estudo é buscar fundamentação teórica e prática para a certificação de percursos em meio à natureza por Indicação Geográfica (IG), apresentando as mudanças relacionadas ao estado de humor em praticantes de atividade física em meio a natureza.

### 1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar os resultados aferidos em praticantes deste tipo de atividade para viabilizar o processo de solicitação de certificação de percurso por Indicação Geográfica, melhorando a qualidade do serviço prestado.

Analisar as variáveis psicológicas dos praticantes dessa modalidade através do *perfil PoMS*.

Identificar área com potencial para solicitação de registro de certificação de percurso de atividade física em meio à natureza por Indicação Geográfica.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Para atender ao objetivo proposto, a Revisão de Literatura deste trabalho está composta por três itens divididos em: Modelos de Certificação no Brasil, que trata da legislação e suas normas, assim como a importância da Indicação Geográfica e competência legal para um registro de IG. O tópico seguinte trata da busca por a Atividade Física Alternativa em meio à natureza e o gerenciamento do risco previsto nas normativas. E ao final deste capítulo, apresento um histórico sobre as Unidades de Conservação no Brasil e em Sergipe, mostrando informações sobre a forma como elas são criadas e apresentadas, indicando também áreas de preservação ambiental no circuito sergipano com potencial para certificação de percurso, pois segundo Oliveira (2008), o número de visitantes em ambientes naturais tem aumentado significativamente nas últimas décadas em decorrência da busca do relaxamento e do lazer que não são encontrados nos centros urbanos.

### 2.1 O BRASIL E SEUS MODELOS DE CERTIFICAÇÃO

A existência de mecanismos de certificação e de credenciamento dos programas é uma maneira eficiente de criar e controlar o ambiente com padrões de precaução adequados ao desenvolvimento comercial de atividades de aventura. No processo de evolução e de institucionalização desses empreendimentos, surgiram mecanismos apropriados para implantar e fiscalizar procedimentos adequados para o gerenciamento de riscos (RICHARD *et al.*, 2007).

De acordo com Perich *et al.* (1995), a preocupação com a conservação e com proteção ambiental e das pessoas praticantes desse tipo de atividade induz o governo a estar em uma constante melhoria e atualização dinâmica das normas existentes.

A implantação e o cumprimento de normas, regulamentos e certificações podem contribuir para uma melhoria nas ações que visam à sustentabilidade na área ambiental, econômica e social, desde que colocadas conforme a realidade do segmento turístico (MACHADO; BAZOTTI, 2012).

Atividades físicas e esportivas praticadas em meio ambiente, instalações ou espaços onde se desenvolvem tais práticas serão cada vez mais sujeitas à forte regulamentação, tanto do Estado como dos municípios. Todos emitirão inúmeras normas destinadas à proteção ambiental e à segurança dos atletas, fazendo com que o crescimento dessas práticas seja controlado (PERICH *et al.* 1995).

O Brasil tem desenvolvido esforços no sentido de regulamentar e fiscalizar a atividade turística, indicando a necessidade de criação de normas que possibilitem fornecer um referencial de qualidade e de proteção para os turistas (MACHADO; BAZOTTI, 2012).

Com o crescimento acelerado das novas tecnologias aplicadas à segurança para atividades de aventura, é evidente que as buscas por essas práticas aumentem e se moldem às atuais formas de normatização por uma prática segura. Nesse contexto, a certificação vem se configurar como sendo um dos principais meios de valorização do cenário de atividades praticadas ao ar livre.

Compreender que as atividades de aventura sugerem exposições a determinados riscos pessoais e materiais que podem variar de intensidade conforme um grande número de fatores significa entender que a segurança é um dos requisitos imprescindíveis para a realização dessa atividade. Ao se submeter a um programa de turismo de aventura, ainda que assumindo os riscos, o consumidor espera não enfrentar perdas materiais, psicológicas ou físicas (BRASIL, 2010).

A avaliação de conformidade é um processo sistematizado com regras pré-estabelecidas, devidamente acompanhada e avaliada de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos preestabelecidos em normas ou regulamentos (BRANDIM; CORRÊIA, 2012).

As atividades de aventura pressupõem determinado esforço e riscos controláveis, que podem variar de intensidade conforme a exigência de cada atividade e a capacidade física e psicológica do turista. Nesse ponto, é importante que o turismo de aventura seja tratado de modo particular, especialmente quanto aos aspectos relacionados à segurança. Nesse sentido, devem ser trabalhados: Diretrizes, estratégias, normas, regulamentos, processos de certificação e outros instrumentos e marcos específicos (BRASIL, 2008).

Conforme Schwartz *et al.* (2010), o Brasil apesar da crescente demanda pelas atividades de aventura, bem pouca sistematização é presenciada, representando assim uma inquietação emergente pela carência de ações concretas para a consolidação da sustentabilidade do usufruto de áreas de conservação do turismo e, até mesmo, pela ineficácia da formação profissional para lidar com essa temática.

Ainda que o turismo de aventura e demais atividades de lazer realizadas em meio à natureza estivessem com suas ações normativas em dia, a preocupação não deixaria de existir, visto que, essa preocupação começa a catalisar a geração de reflexões em nível acadêmico e em discussões em congressos na temática do lazer e em outros mais especializados.

Novas possibilidades de lazer surgem a cada dia como fruto da racionalização do tempo

e da configuração atual do trabalho e também como ressonâncias da criatividade e da necessidade vital de mudança inerente aos seres humanos.

Dentre essas possibilidades de lazer é possível notar especialmente uma significativa demanda no que se refere a atividades em contato com a natureza, conduzindo-nos a inúmeros questionamentos quanto ao significado de tais práticas, bem como suas inúmeras repercussões na vida humana (MARINHO, 2010).

Diferentes perspectivas estimulam o interesse cada vez mais crescente pela vivência dessas atividades ligadas à natureza. Essas formas, comumente tratadas pela mídia como esportes radicais ou de aventura, reiteram um apelo para além da atividade em si e da sua contemplação e da fruição, mas também com legendas subliminares que envolvem desde colocar-se em risco para testar a auto superação até a perpetuação de padrões e de modismos vigentes entre tantos outros subtextos interditos (SCHWARTZ *et al.*, 2010).

A certificação é importante para trazer mais responsabilidade e competitividade ao *trade* turístico em geral e aos consumidores, garantindo a qualidade sustentável dos serviços prestados e declarando a sustentabilidade (PROCHNOW; VASCONCELOS, 2008). Essas referências ajudam a abordar uma questão fundamental dentro de todo um conjunto de sistemas de certificação existente, qual será e o que melhor servirá de referência para a criação de um programa de certificação de (Ecoturismo), termo que será discutido no decorrer deste trabalho com sugestão de utilização de ecofitness. Partindo dessa premissa, propor ações para certificação de percurso em meio à natureza minimiza os riscos fisiológicos e psicológicos dos praticantes dessa atividade.

A dinâmica do programa também é garantir a qualidade e a segurança dos produtos e de serviços turísticos oferecidos no mercado, visto que, de acordo com os diagnósticos efetuados, é sem dúvida um dos fatores primordiais na percepção por parte dos clientes que buscam essas empresas. Dessa forma, ofertar atividades em meio à natureza com segurança é o principal diferenciador no mercado que está se profissionalizando e é sem dúvida o ponto crítico para o desenvolvimento do setor e intrínseco do conceito de turismo de aventura (BRASIL, 2011).

### 2.1.1 Legislação e suas NBRs

A Organização Mundial de Turismo (OMT) estima que 10% dos turistas em todo o mundo tenham como demanda modalidades de turismo relacionadas ao meio ambiente, com faturamento anual, em nível mundial, estimado em US\$ 260 bilhões, do qual o Brasil apropriar-se-ia de cerca de US\$ 70 milhões (VASCONCELOS *et al.*, 2012).

A segurança é um quesito que vem sendo cada vez mais exigido pelos consumidores desse tipo de turismo. Diante disso, o Decreto no 7.381/2010 afirma que as agências de turismo que comercializam serviços de Turismo de Aventura deverão dispor de sistema de gestão de segurança implementado conforme normas técnicas oficiais adotadas em todo território nacional (BRASIL, 2010).

O conjunto de normas técnicas criadas no âmbito da ABNT centra-se nos elementos necessários para oferecer, no mercado, produtos seguros de maneira consistente e continuada, em particular a NBR 15331 (ABNT, 2005) que trata do sistema de gestão da segurança e que também estabelece os requisitos que se destinam a assegurar que uma empresa tenha a capacidade de fornecer atividade de turismo de aventura segura e coerente, com isso abrange uma formulação de política de segurança que contempla o planejamento, a gestão de riscos, os recursos humanos e as competências, além dos controles operacionais. Dessa maneira, os produtos de turismo de aventura abrangidos pelo sistema de gestão da segurança serão seguros e controlados (BRASIL, 2011).

Os riscos de que tratam o sistema de gestão da segurança podem, por sua vez, ser classificados em diferentes categorias segundo sua natureza. Resultam comumente chamar de riscos objetivos ou ambientais aqueles relacionados com os perigos naturais, vinculados ao meio em que está inserida a atividade, tais como efeitos climáticos: incidência de raios, avalanches, temperaturas extremas; já os subjetivos ou humanos estão relacionados a fatores emocionais ou de competências, como, por exemplo, perda da atenção, nível de perícia incompatível com a atividade executada (RICHARD *et al.*, 2007).

Segundo Schwartz *et al.* (2010), a produção de pesquisa acadêmica acerca desse universo no âmbito da Motricidade Humana, mais especificamente nas áreas de Educação Física e do Lazer no Brasil, vem sendo evidenciada em uma tímida, porém, crescente produção de pesquisadores. Os estudiosos parecem estar preocupados com a necessidade de debruçar o olhar sobre a sistematização, regulamentação e impressão de qualidade nas ações individuais, de formação de recursos humanos, até mesmo de políticas públicas voltadas à implementação de conteúdos éticos desta relação humana com a natureza e da promoção de experiências que favoreçam maior qualidade nos níveis de saúde existencial.

Se, por um lado, a certificação de pessoas aborda um elemento fundamental da qualidade de serviços, que é o fator humano; por outro, não é suficiente para assegurar serviços de qualidade. Nesse sentido, pode-se dizer que profissionais competentes são necessários, mas não são suficientes, é preciso também uma gestão de processos para garantir um serviço de qualidade.

A normatização no caso do Turismo de Aventura, é uma maneira de definir e organizar as atividades de aventura ditas turísticas pela concepção de regras e normas técnicas, com intuito de promover a qualidade dos serviços, equipamentos e produtos.

As normas técnicas são aplicáveis ao setor de turismo de um modo geral, não se limitando, exclusivamente, ao turismo de aventura, independentemente do processo de certificação. Assim, o processo de certificação em Turismo de Aventura consiste fundamentalmente em criar uma espécie de “selo de aprovação” de reconhecimento internacional, mostrando ao mercado que um produto ou serviço tem segurança e qualidade (BRASIL 2008).

Durante o *Acordo de Mohonk* ocorrido na cidade de New Paltz/Nova Iorque/EUA em 2000, foram discutidos e nivelados os princípios e os componentes que devem fazer parte de todo programa sólido de certificação. Os participantes reconheceram que os programas de certificação de turismo necessitam ser ajustados às características geográficas locais e aos respectivos segmentos turísticos, definindo os componentes universais que devem fundamentar todo programa de turismo sustentável e de ecoturismo (PROCHNOW; VASCONCELOS, 2008).

Nos últimos anos, tem se assistido ao desenvolvimento e à implementação de diversos Selos Nacionais da Qualidade do Turismo, como é o caso do Chile, da Espanha, da França, da Nova Zelândia e da Suíça. Os padrões adotados por esses países, como forma de garantir um melhor reconhecimento dos seus serviços, vêm reforçar cada vez mais a necessidade da busca pela qualidade.

O Brasil conta com algumas iniciativas de atribuição de selos ou de certificações no turismo. Há alguns hotéis e outras empresas do setor turístico que têm a certificação pela norma da ABNT NBR ISO 9001(2009), de sistemas de gestão da qualidade, e também pela ABNT NBR ISO 14001(2005), de sistemas de gestão ambiental. Contudo, iniciativas de âmbito nacional de certificação específica para o setor do turismo são três, todas no âmbito do Inmetro e apoiadas pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, verifica-se que as normas de certificação e de acreditação seguem regras estabelecidas em normas e em guias internacionais publicados pela ISO, que é o Organismo Internacional de Normalização. Essas regras são amplamente reconhecidas e consagradas, porém todas elas estão voltadas para o Ecoturismo, Turismo de Aventura e não atendem as especificidades de uma atividade física para ser realizada em meio à natureza.

As atividades físicas e esportivas praticadas em ambiente natural, do ponto de vista legal, não podem ser tratadas como uma matéria homogênea e com identidade própria

independente. São vários os aspectos jurisprudenciais que afetam esse fenômeno e sua delimitação (PERICH *et al.* 1995).

A Lei nº 11.637, de 28 de Dezembro de 2007, prevê a instituição de um Selo de Qualidade Nacional de Turismo, destinado a classificar os padrões dos serviços de empresas ou entidades prestadoras de serviços turísticos no território nacional (BRASIL, 2011). O selo verde sugerido na certificação da ABNT NBR ISO 14024 (1999) norteia um programa sólido de certificação em turismo do *Acordo de Mohonk* e a Recomendação nº 23 da Declaração de Ecoturismo de Quebec. Essa identidade poderá significar um instrumento de avanço, dando credibilidade e parâmetros do setor de forma segura e confiável aos seus usuários e aos seus parceiros (PROCHNOW; VASCONCELOS, 2008).

A sistematização e a evolução tecnológicas podem representar fatores que diferenciam e fomentam o interesse dos participantes em relação à prática regular dessas e de outras atividades no contexto do lazer, tendo em vista uma melhor segurança dessas modalidades (SCHWARTZ *et al.*, 2010).

Ao discutir novas formas de certificação no desenvolvimento turístico, princípios de práticas turísticas sustentáveis, códigos de conduta, selos verdes, etc., faz-se necessária uma reflexão sobre princípios, valores e ética. E para essa reflexão, é precisa a incorporação de uma nova forma de pensar, planejar, conduzir e operar os destinos e os produtos turísticos (PROCHNOW; VASCONCELOS, 2008).

A certificação é o conjunto de atividades desenvolvidas por um organismo independente e com objetivo de atestar publicamente que determinado produto, processo ou serviço está em conformidade com requisitos especificados (RICHARD *et al.*, 2007). Nesse sentido, faz-se necessário que as entidades reguladoras desse tipo de atividade forneçam subsídios para um melhor entendimento das normalizações existentes no cenário das atividades praticadas em meio à natureza.

Uma das formas praticadas atualmente para identificação dos melhores serviços prestados por empresas atuantes nessa modalidade foi a criação e a inserção nos estabelecimento de um Selo de Qualidade Nacional de Turismo, hoje visto como um importante mecanismo para possibilitar a promoção da competitividade e a diferenciação entre as organizações que fornecem serviços turísticos no país, com o objetivo de auxiliar os turistas em suas decisões de compra.



### 2.1.2 Indicação Geográfica e sua Importância

A lei da propriedade industrial nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, não define o conceito de indicação geográfica, mas destacam os dois tipos que a constituem, sendo elas a indicação de procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO), inexistindo hierarquia entre ambas (RAMOS; SOUZA 2009).

Segundo Uchôa *et al.* (2011), Indicação Geográfica é a indicação de procedência, ou seja, o nome geográfico da região que tenha se tornado conhecido como produtor ou prestador de serviço. A indicação geográfica também é a denominação de origem em que o nome geográfico da região cujas qualidades se devam exclusivamente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos. Nesse sentido, o uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, o qual é exigido o atendimento aos requisitos de qualidade.

Indicações Geográficas, em seu conceito mais amplo, conferem ao produto ou ao serviço uma identidade própria, visto que o nome geográfico utilizado junto ao produto ou ao serviço estabelece uma ligação entre as suas características e a sua origem. Consequentemente, cria um fator diferenciador entre aquele produto ou serviço e os demais disponíveis no mercado, tornando-o mais atraente e confiável. Uma vez reconhecida, a indicação geográfica só poderá ser utilizada pelos membros daquela localidade que produzem ou prestam serviço de maneira homogênea (BARROS; SANTOS, 2011).

Na ótica de Gargur (2008), uma ferramenta para a promoção de um território é a implantação de um Sistema de Indicação Geográfica. Elas proporcionam contribuições que valorizam e protegem os produtos; fixam o homem no seu habitat de origem; ajudam aos consumidores nas suas escolhas; são instrumentos de agregação de valor, com geração de emprego e renda, que possibilitam a inclusão social; protegem a marca e a imagem dos produtos e incrementam o desenvolvimento tecnológico da área envolvida.

As indicações geográficas são principalmente utilizadas para fomentar a comercialização e informar ao consumidor essa origem. A evocação dessa origem é frequentemente atribuída a uma determinada qualidade ou característica. Determinados produtos ou serviços apresentam características regionais distintas que determinam a viabilidade da procura pelo consumidor fidelizado, pois a originalidade daquele produto garante a tipicidade e a unicidade de determinado produto ou serviço (INPI, 2014).

Segundo Siqueira (2014), na atualidade, as indicações geográficas (IGs) constituem-se em uma ferramenta coletiva para os produtores promoverem bens e serviços de seus territórios.

À medida que as IGs ganham reputação, elas podem se transformar em ativos comerciais estratégicos para os produtores locais e, por consequência, desempenhar um papel importante para o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, vale ressaltar que as experiências das IGs mostram que elas assumem um papel importante para a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em termos ambientais e sociais, assegurando a sustentabilidade de produtos tradicionais, para o desenvolvimento rural e para redução dos desequilíbrios campo-cidade.

De acordo com Barros e Santos (2011), podem requerer o pedido de reconhecimento de um nome geográfico como IG, sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território.

Partindo desse princípio, a pessoa jurídica age como substituto processual da coletividade que tiver direito ao uso de tal nome geográfico. As Indicações Geográficas são um direito de propriedade intelectual, do mesmo modo que as patentes e as marcas. Essa prerrogativa é expressa e reconhecida pelo tratado de comércio sobre os direitos de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio (OMC), conhecido como TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*).

Segundo Siqueira (2014), pode-se dizer que o registro das IGs é estratégico para o desenvolvimento regional porque, ao protegerem os produtos contra falsificação, elas contribuem para aglutinação de um conjunto de iniciativas relevantes que fortalecem a governança dos polos econômicos, melhoram o ambiente de negócios, promovem ganhos de competitividade e garantem a sustentabilidade ambiental.

Do ponto de vista de Uchôa *et al.* (2011), a proteção é requerida junto ao INPI, que concedeu legitimidade aos sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território. A proteção das IGs pode ser para produtos industriais e agrícolas, nas legislações de alguns países como o Brasil, mas também para artesanato e para serviços.

Na Comunidade Europeia, a legislação em vigor protege vinhos, bebidas espirituosas e produtos agropecuários. Apesar de a proteção ser conferida em âmbito nacional, existem diversos tratados internacionais que dão assistência na obtenção da proteção em diversos países.

As definições regionais de ‘Indicações Geográficas’ podem variar de país para país, assim como as variações relacionadas ao conceito de indicações geográficas. Por exemplo, na definição da Comunidade Europeia, ‘designação de origem’ é um termo equivalente à apelação de origem na França, que significa o nome de uma região, de um local determinado ou, em

casos excepcionais, de um país, que serve para designar um produto agrícola ou um gênero alimentício.

A Indicação de Procedência é um termo utilizado pela Convenção de Paris sendo também utilizado no Acordo de Madrid para a repressão de indicações falsas ou enganosas de procedência. Não há definição de ‘Indicação de Procedência’ em qualquer outro tratado internacional, mas o Acordo de Madrid define o termo da seguinte forma:

Qualquer produto que contenha uma falsa indicação pela qual um dos países a que se aplica o presente Acordo de Madrid, ou um lugar situado em qualquer deles, seja direta ou indiretamente indicado como país ou lugar de origem será apreendido no ato da importação em cada um dos ditos países (OMPI, 2013).

Assim para algumas definições, uma indicação de procedência significa qualquer expressão ou sinal distintivo que indique que um produto ou serviço é originário de um país, uma região ou um lugar específico.

### *2.1.3 Competência Legal para Registro de I.G.*

Conforme Barros e Santos (2011), é competência legal do Instituto Nacional de Propriedade Industrial em relação às Indicações Geográficas, estabelecer as condições de registro. O Brasil é signatário da Convenção da União de Paris (CUP), do Acordo de Madrid sobre Indicações de Origem e do Acordo sobre os Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual relacionado ao comércio (ADPIC ou TRIPS), assumindo assim, o dever de proteção das Indicações Geográficas conforme o Art. 182, que determina que o uso da Indicação Geográfica seja restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade. Nesse sentido, para um possível pedido de registro em IG (IP ou DO), serão requisitos fundamentais, exigidos pelo INPI à parte requerente que os produtores ou prestadores de serviço estabelecidos na região demarcada e habilitados ao uso da indicação estejam representados por associações, institutos ou pessoas jurídicas que possam, na qualidade de substitutos processuais, requerer o respectivo registro.

O pedido de registro deve ser referente a um único nome geográfico, o produto ou serviço objeto da IG deverá ser minuciosamente descrito e caracterizado; o regulamento de uso do nome geográfico protegido; instrumento no qual constem as regras que nortearão as formas de produção dos produtos; estejam em acordo para ser seguidas pelos produtores habilitados; a delimitação da área geográfica devidamente documentada; o pagamento da quantia exigida para

o registro, devidamente comprovado no ato do registro; a existência, devidamente comprovada e documentada, de uma estrutura de controle da IG; a comprovação de que os produtores ou prestadores de serviço estão efetivamente estabelecidos na área demarcada para a IG, bem como estejam exercendo atividades de produção ou prestação de serviços relativos à indicação; etiquetas, quando se tratar de representação gráfica ou figurativa da IG ou representação geográfica de país, cidade, região ou localidade do território.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2014), além dos requisitos citados aplicáveis a todos os pedidos de registro de uma IG, o INPI estabelece, ainda, alguns requisitos específicos que devem fundamentar o pedido de registro de uma IP ou de uma DO:

\* IP: documento comprovando que o nome geográfico se tornou efetivamente conhecido como centro de extração, fabricação ou produção, ou ainda, de prestação de serviços.

\* DO: descrição de qualidade e características do produto ou serviço que se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico e descrição do método ou processo de obtenção do produto ou serviço, salientando-se que esses devem ser locais, leais e constantes.

## 2.2 A BUSCA POR ATIVIDADES FÍSICAS ALTERNATIVAS

A busca por atividades esportivas em ambientes naturais e as concepções de consciência ambiental parecem ter se desenvolvido completamente independentes umas das outras ao longo da história. Os poucos pontos de convergência existentes sugeriam uma figura idealizada de indivíduos praticando suas atividades em grandes ambientes ao ar livre, em uma harmonia quase perfeita com seus arredores naturais (MARINHO, 2010).

Nessa perspectiva, Schwartz *et al.* (2010) diz que a competitividade acirrada, o desencadeamento da passividade e do sedentarismo provocados pela automação e pela evolução tecnológica, além do aumento da violência e dos níveis de estresse, os modismos e padrões veiculados pela mídia, a deterioração da saúde, entre outros fatores, gera uma ansiedade capaz de mobilizar alguns indivíduos a assumirem estilos de vida alternativos. Essas atividades, por suas características peculiares e envolventes, referentes ao risco, à aventura, às emoções e à vivência na natureza, podem incitar novas descobertas internas e suas ressonâncias serem catalisadores de alterações no estilo existencial.

O turismo no mundo tem crescido de maneira muito intensa, em especial a partir da década de 1950. Com efeito, nessa época os 15 destinos mais importantes absorviam cerca de 98% das chegadas internacionais. Em 1970, essa mesma proporção era de 75 % e caiu para

57% em 2007, como reflexo da crescente importância de outros destinos, muitos deles em países em desenvolvimento (BRASIL, 2011).

Para a realização de atividades no âmbito do segmento, percebe-se que, dentre as viagens realizadas pelos brasileiros no País, a beleza natural e a natureza possuem um importante papel, tendo uma relação muito próxima com o Turismo de Aventura, já que muitas atividades são realizadas ao ar livre (BRASIL, 2010).

Segundo Vasconcelos *et al.* (2012), o turismo de aventura é entendido como uma atividade correspondente ao ecoturismo, porém possui abrangência conceitual com suas características, aspectos e atributos peculiares que lhe conferem identidade. Sendo assim, verifica-se que ambos os estilos de atividades praticadas ao ar livre preservam uma particularidade que os conceitua e os diferencia.

Partindo desse princípio, percebe-se que o mercado nacional ainda não dispõe de um conceito ou de uma certificação voltada para uma atividade física sistematizada em meio à natureza. Na perspectiva de Perich (1995), as atividades físicas desportivas realizadas no ambiente natural têm certo número de vantagens para as pessoas que as praticam e para o contexto socioeconômico da região urbana onde podem ser desenvolvidas.

A visão crescente do ambiente natural como um território para diferentes praticantes de atividades ao ar livre, também tem conduzido a uma mudança na forma como a sociedade procura pela natureza (MARINHO, 2010).

A importância econômica, social, cultural e ambiental da atividade turística deve justificar a crescente necessidade de qualificação dos roteiros eco turísticos, mesmo sendo as agências emissárias ou receptoras de turistas (PROCHNOW; VASCONCELOS, 2008). O turismo, em sua definição mais abrangente, pode ser entendido como a maior indústria do mundo e uma das indústrias com as maiores taxas de crescimento, representando cerca de um terço do valor do comércio global de serviços (BRASIL, 2011).

A utilização da certificação do turismo proporciona a credibilidade nacional e internacional aos roteiros oferecidos no país. Isso será possível devido à relação e ao compromisso da qualidade do produto e de seus serviços com os mecanismos de valorização dos atrativos nacionais, de proteção natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações anfitriãs (PROCHNOW; VASCONCELOS, 2008).

Cabe aqui esclarecer que o conceito de qualidade teve uma evolução assinalável a partir do último quarto de século. Qualidade, em linhas gerais, é descrita como o atendimento às expectativas implícitas e explícitas do cliente. Assim, a classificação não significa níveis distintos de qualidade, mas sim características diferentes do produto ou serviço oferecido. É

conforme esse ponto de vista que a atribuição de Selos da Qualidade que prevejam diversos níveis pode provocar confusão nos consumidores e dispor ainda mais de esforços adicionais de comunicação, em especial dos próprios consumidores, para esclarecer em que consiste a diferenciação da qualidade de acordo com o nível (BRASIL, 2011).

### *2.2.1 Atividades de Aventura e Gerenciamento de Risco*

Para fins de melhoria da reputação junto a investidores, patrocinadores, seguradoras, fornecedores e clientes, os destinos turísticos que reconhecidamente possuem sistema de gestão da segurança com plano de gerenciamento de riscos são cada vez mais atraentes. Nesse ponto, fica claro que as exigências pela qualidade nos serviços, tanto no lado da segurança como nos destinos escolhidos são cada vez mais abordados durante um planejamento de férias que envolvam atividades em meio à natureza.

A segurança dos clientes e colaboradores, o gerenciamento de riscos, proporcionam melhores condições de trabalho e riscos controlados para as pessoas, resultando em melhor qualidade da experiência em razão da percepção da segurança e do profissionalismo da operação entre outros fatores. Um produto seguro gera mais satisfação por parte dos clientes (SCALEANTE *et al.*, 2010). Entende-se por risco a combinação entre a probabilidade da ocorrência de um determinado fato e as possíveis consequências. Promover o controle de tais riscos significa adotar e implementar de forma sistemática, um conjunto de normas e técnicas específicas na busca da qualidade da experiência turística e da gestão de segurança (BRASIL, 2008).

O reconhecimento da existência de riscos e o papel de cada elemento no fornecimento e na manutenção da segurança devem fazer parte das normas de planejamento e execução desse tipo de atividade. Para isso, são criados mecanismos de controle tanto internos como externos, que podem auxiliar na garantia de fornecimento de padrões de precaução idôneos, que minimizem a probabilidade de incidência de falhas relacionadas à negligência, à imprudência ou à imperícia dos envolvidos (RICHARD *et al.*, 2007).

O processo de gerenciamento de risco é de grande valia para a Unidade de Conservação (UC), pois é uma ferramenta que facilitará a identificação e análise de riscos, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento de um trabalho baseado em informações concretas e realistas e não apenas em suposições (SCALEANTE *et al.*, 2010).

É pensando nesses conceitos e avaliando todas as nuances relacionadas à segurança, ao gerenciamento de riscos e à qualidade, que a Lei Geral do Turismo, entendida como marco

regulatório da atividade no Brasil, apresenta, em seu artigo 5º, inciso XVIII, como um de seus objetivos, estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos (BRASIL, 2008).

A adequação das atividades de aventura a circunstâncias críticas, que não fazem parte da programação, deve ser contemplada em protocolos que padronizem as ações e distribuam de forma eficiente as responsabilidades entre os executores destas respostas. Todas as medidas que fazem parte dos procedimentos de segurança, incluindo a resposta a emergências, dentro de determinado programa de aventura, fazem parte das normas de segurança.

Do ponto de vista de Richard *et al.* (2007), o primeiro passo para o gerenciamento adequado do risco é admitir que estes existem e que serão controlados, utilizando-se medidas de segurança, medidas essas, que devem ser seguidas à risca para o controle efetivo dos riscos. Elas, por si só, não são suficientes para gerenciar o risco de uma experiência de aventura se não estiverem complementadas por habilidades dos participantes e dos gerenciadores da experiência ou roteiro.

O aprimoramento dos níveis de qualidade de vida por intermédio das vivências de aventuras na natureza apresenta um grande desafio que é baseado em perspectivas que possam promover e gerar impulsos capazes de substanciar o distanciamento do sedentarismo, da má organização dos hábitos cotidianos, dos padrões alimentares, da falta de adesão aos aspectos preventivos de doenças, do estresse, catalisando atitudes proativas, com intenção preservacionista em todos os sentidos e com a busca por melhores níveis de saúde em geral (SCHWARTZ *et al.*, 2010).

Para Matsudo *et al.* (1998), a prática regular de atividade física demonstra consistentemente uma relação inversa com enfermidades cardíacas e tem um efeito positivo na qualidade de vida e em outras variáveis psicológicas. Assim, é importante buscar opções atraentes de atividades físicas desde as idades mais novas, pois é bem provável que os hábitos adquiridos na infância possam influir no nível de atividade física na idade adulta.

O Turismo de Aventura, portanto, representaria uma micro segmentação do produto de Turismo de natureza, necessitando do agente de viagem e do poder público para formatação de produtos turísticos que estejam adequados às práticas ambientais, que contemplem regras de segurança necessárias ao seu desenvolvimento e que apresentem possibilidades de inserção de territórios aptos a sua prática como alternativas de novos deslocamentos (MACHADO; BAZOTTI, 2012).

Embora aparentemente simples, o conceito de Turismo de Aventura traz em si diversos termos que, quando não compreendidos integralmente, podem levar a errôneos entendimentos relativos ao segmento. Para fins de delimitação do segmento, esclarecem-se os significados dos termos “movimentos turísticos” “atividades de aventura” e “caráter recreativo e não competitivo”, pois são consideradas expressões fundamentais para a compreensão integral do conceito (BRASIL, 2010)

Todos esses aspectos estão diretamente associados aos impulsos motivacionais oferecidos pelas diversas atividades de aventura vivenciadas no âmbito do lazer, pelo fato delas estarem em conexão direta com o enredo psicológico do ser humano, evidenciando elementos que podem imprimir ressonâncias positivas, tanto individualmente quanto no contexto social atual, merecendo maior destaque, tanto em âmbito acadêmico quanto político (SCHWARTZ *et al.*, 2010).

Segundo Vasconcelos *et al.* (2012), o turismo de aventura possui algumas vertentes que discutem sua funcionalidade no aspecto social, ambiental e cultural, caracterizando-se como uma modalidade que compreende a prática de atividades de aventura de caráter recreativo, estabelecendo a junção de emoções e riscos controlados pelo uso de técnicas e de equipamentos específicos para garantir a segurança dos profissionais e dos turistas, respeitando-se o patrimônio ambiental e sociocultural.

## 2.3 HISTÓRICO SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL.

Criado em 2001 e antecipando-se à Conferência Mundial de Ecoturismo em Quebec, no Canadá, o Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) teve como objetivo planejar e implementar uma estratégia de certificação para toda a cadeia de turismo sustentável no Brasil, desde roteiros de ecoturismo e esportes de aventura até componentes do turismo convencional (PROCHNOW; VASCONCELOS, 2008).

O Instituto Chico Mendes, órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente, apresenta como uma das suas competências propor e editar normas de fiscalização e de controle do uso do patrimônio brasileiro relacionado à conservação da biodiversidade, além de fomentar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitam ampliar o conhecimento sobre as cavidades naturais e subterrâneas existentes, elaborando o Relatório de Gestão das Unidades de Conservação e classificando em categorias de conservação ambiental. A figura 1 mostra uma imagem de uma reserva biológica, que é uma unidade de conservação que faz parte do patrimônio brasileiro, localizada no Amapá.



Figura 1 – Reserva Biológica de Piratuba.



Fonte: Foto extraída do portal <http://www.icmbio.gov.br>

### *2.3.1 Proteção Integral*

A Unidade de Conservação de Proteção Integral tem como objetivo principal a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. O acesso e a permissão quanto ao uso indireto dos recursos naturais só são liberados quando não envolvam consumo, coleta, dano ou destruição destes recursos, com exceção dos casos previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

As categorias correspondentes aos programas de conservação e proteção ambiental estão selecionadas e gerenciadas pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável por 137 unidades de conservação e proteção integral, cujas categorias compreendem em Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

Considerando que o principal objetivo dessas Unidades de Conservação é a preservação ambiental e a pesquisa científica, fica, em alguns casos, vedada a visitação pública, mas, se comprovado o interesse educacional, verifica-se o Plano de Manejo ou regulamento específico desta categoria de Unidade de Conservação. Tratando-se especificamente de pesquisa científica, essa visitação dependerá de uma autorização prévia do ICMBio e estará sujeita às condições e restrições por ele estabelecidas.

Na figura de número 2, observa-se a imagem de uma família extrativista, utilizando-se dos benefícios de uma região de uso sustentável localizada na Amazônia.

Figura 2 – Família de extrativista da Amazônia.



Fonte: Foto extraída do portal <http://www.icmbio.gov.br>

### 2.3.2 Grupo de Uso Sustentável

A Unidade de Conservação de nome Grupo de Uso Sustentável são aquelas cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Elas visam a conciliar a exploração do ambiente com a garantia de perenidade dos recursos naturais renováveis considerando os processos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável. Constituem este grupo as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Todas as Unidades de Conservação e de Uso Sustentável é de gestão do Instituto Chico Mendes (ICMBio, 2007).

Na figura de número 3, podemos ver uma imagem de uma unidade de conservação que está diretamente ligada à proteção da fauna e da flora de uma reserva biológica chamada Marinha do Alvored, localizada no estado de Santa Catarina.

Figura 3 – Reserva Biológica Marinha do Alvoredo.



Fonte: Foto extraída do portal <http://www.icmbio.gov.br>

### 2.3.3 A Reserva Biológica

Uma das áreas de Unidade de Conservação (UC) que foi criada para favorecer as pesquisas científicas relacionadas à flora e à fauna de determinadas regiões chama-se Reserva Biológica que é importante para garantir a preservação ambiental dessas áreas. Ela integra a uma categoria de UC que tem como objetivo à preservação integral da biota e demais atributos naturais. Nessa categoria, a interferência humana direta ou modificações ambientais não são permitidas, a exceção fica por conta de medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e de ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural.

Assim como na proteção integral, a visitação pública é proibida, com exceção a de caráter educacional, conforme o Plano de Manejo definido da unidade. Ainda assim, pesquisas científicas dependem de autorização prévia do Instituto Chico Mendes e também estarão sujeitas às condições e às restrições por ele estabelecidas.

A figura de número 4 mostra uma imagem de uma unidade de conservação que está ligada diretamente à proteção de ecossistemas de grande relevância e beleza cênica. O Parque Nacional do Iguaçu está localizado na região extremo oeste do estado do Paraná, Brasil.

Figura 4 – Parque Nacional do Iguaçu.



Fonte: Foto extraída do portal <http://www.icmbio.gov.br>

#### *2.3.4 Os Parques Nacionais*

Os Parques Nacionais, considerados os mais populares e antigos em categoria de Unidade de Conservação, tem como objetivo de sua manutenção segundo a legislação brasileira, preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, realização de atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, por meio do contato com a natureza. O manejo dos parques, feito pelo Instituto Chico Mendes, leva em consideração a preservação dos ecossistemas naturais, a pesquisa científica, a educação, a recreação e o turismo. O regime de visitação pública é definido no Plano de Manejo da respectiva unidade (ICMBio, 2007).

Todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica social das comunidades vizinhas.

A Lei Nº 9.985/2000, que trata o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, define o Plano de Manejo como um documento técnico o qual fundamenta os objetivos gerais de uma Unidade de Conservação e estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Nesse sentido, o Plano de Manejo tem como objetivo fazer com que a Unidade de Conservação cumpra os objetivos estabelecidos na sua criação, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promovendo o manejo orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado.

## 2.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM SERGIPE

As unidades de conservação, que são apresentadas a seguir, são áreas de proteção que tem como principal objetivo a preservação da natureza, além de possibilitar pesquisas científicas. O Estado de Sergipe possui áreas que são enquadradas por legislação e apresentadas como Unidades de conservação e que fazem parte do patrimônio brasileiro.

### 2.4.1 PARNA Serra de Itabaiana

O Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI), situado na região agreste de Sergipe, ocupa uma área de 7.966 hectares nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'ajuda e Campo do Brito, conforme mostra a figura 5. É composta pelas serras do Cajueiro, Comprida e de Itabaiana, sendo esta última a área em que as trilhas do Poço das Moças e da Gruta da Serra estão localizadas. Ele é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Figura 5 - Mapa da Serra de Itabaiana, Parque Nacional Serra de Itabaiana, SE.



Fonte: Foto Extraída do artigo. “Estudo dos impactos ambientais como subsídio para o planejamento das trilhas do parque nacional, na Serra de Itabaiana, SE” Por, Ivana Silva Sobral Oliveira.

O enquadramento nessa categoria de Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral aconteceu em 15 de julho de 2005, o que determina o uso restrito ao turismo ecológico, à pesquisa científica e a fins educacionais.

A visitação em Parques Nacionais (PARNA's), tal como a Serra de Itabaiana, contempla atividades recreativas, esportivas, educativas e de interpretação ambiental, o que possibilita ao visitante conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes. De acordo com Oliveira *et al.* (2009), as trilhas do Parque Nacional Serra de Itabaiana já apresentam sinais

de que sua capacidade de suporte estão próximas ou ultrapassando seus limites, podendo prejudicar a qualidade da visitação, a segurança dos visitantes e gerar problemas de degradação ambiental.

Trilha do **Poço das Moças** tem início a 5,7 quilômetros da sede do PARNASI. Seu comprimento total é de 151 metros, os quais os visitantes percorrem em aproximadamente 7 minutos. Essa trilha, por não apresentar grau de dificuldade, é indicada para todas as idades, contudo não possibilita o trânsito de cadeiras de rodas devido à irregularidade do terreno e à falta de infraestrutura adequada para portadores de deficiência. Ela recebe impactos positivos significativos em decorrência da grande procura pelos visitantes para lazer, banho, relaxamento, contemplação, atividade física, pesquisa e misticismo.

Trilha da **Gruta da Serra** começa a aproximadamente 32 metros da entrada da trilha do Poço das Moças. Seu comprimento total é de 222 metros, os quais os visitantes percorrem em aproximadamente 16 minutos. Classifica-se o grau de dificuldade desta trilha como inexistente em quase toda sua extensão e de grande dificuldade nos 45 metros finais da trilha, na descida em direção ao banho na “Gruta da Serra”. Dessa maneira, os 177 metros iniciais são indicados para pessoas de todas as idades; já no trecho final, recomenda-se que o acesso de crianças só seja permitido quando estiverem acompanhadas de pessoas adultas, devido ao risco de acidente.

Trilha do **Véu de Noiva** está situada após 90 metros da entrada da trilha da Gruta da Serra. Seu comprimento total é de 272 metros os quais os visitantes percorrem em aproximadamente 10 minutos. Classifica-se o grau de dificuldade dessa trilha como moderado. A largura de seu percurso varia de 90 cm a 2 metros e em muitos trechos é indefinido pelo fato de cruzar com o riacho dos Negros. É indicada para todas as idades, desde que as crianças estejam acompanhadas por adultos para evitar acidentes.

Trilha do **Salão dos Negros**, com 1.513 metros de extensão, a trilha do Salão dos Negros tem início no Poço das Moças e termina no Salão dos Negros. A trilha pode ser percorrida em uma hora e meia e seu grau de dificuldade é moderado.

Trilha da **Via Sacra** inicia-se após a entrada da trilha do Salão dos Negros. Seu comprimento total é de 2.711,74 metros, os quais os visitantes percorrem em aproximadamente duas horas e meia. A largura dos percursos da trilha varia de 0,40 a 2 metros. Classifica-se, como grande, seu grau de dificuldade, sendo indicada apenas para pessoas com bom preparo físico, principalmente porque durante todo o trecho não há nenhum local de parada para o relaxamento e para o banho.

**Trilha do Caldeirão**, inicia-se no Povoado Rio das Pedras, aproximadamente a 2 quilômetros da entrada principal do parque. Não há indicação do acesso à trilha, muito menos

placas de interpretação ambiental e qualquer infraestrutura planejada pelo órgão gestor. A trilha do Caldeirão encontra-se, totalmente, sobre terreno em declive. Situa-se nas margens ou leito do Rio das Pedras, durante todo o percurso da trilha são encontrados diversos poços e cachoeiras, mas devido ao difícil acesso, essa trilha recebe menos visitantes do que as trilhas cuja entrada acontece pelo portão principal do parque.

A Trilha do Caldeirão apresenta grande grau de dificuldade e pode ser percorrida em cerca de três horas e meia de caminhada. Apresenta-se como típica para pessoas com boas condições físicas e praticantes de esportes de aventura por ter muitos trechos difíceis, com muitos obstáculos e com pontos de descida de rapel. Trata-se de uma trilha apropriada para ser realizada apenas a pé, pois há declividade alta e possui trechos perigosos, podendo causar acidentes.

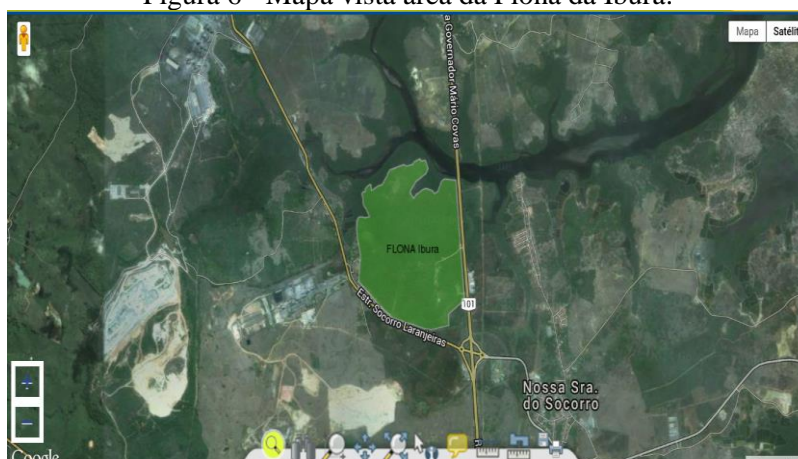
#### *2.4.2 FLONA do Ibura.*

A floresta Nacional do Ibura é uma UC de Uso Sustentável de 144 hectares, localizada em Nossa Senhora do Socorro, há 13 quilômetros da capital Aracaju, cujo entorno envolve parte do Município de Laranjeiras-SE. No espaço externo da FLONA, são desenvolvidas atividades de cultivos, pastagem industrial, extração mineral e aquicultura que comprometem a qualidade e quantidade dos fragmentos (SILVA; SOUZA, 2013).

A Unidade de Conservação da **Flona Ibura**, apesar da sua fragmentação florestal, como consequência das atividades externas desenvolvidas em seu entorno como mostra a figura de número 6, dispõe de um grande potencial fitogeográfico, representado pelos serviços ambientais prestados gratuitamente à comunidade, como a manutenção dos atributos biofísicos (geologia, relevo, solo, recursos hídricos, aspectos climáticos e evolução das espécies de fauna e flora), localiza-se no Estado de Sergipe no município de Nossa Senhora do Socorro.



Figura 6 - Mapa vista área da Flona da Ibura.



Fonte : Google Maps.

#### 2.4.3 REBIO de Santa Isabel.

A Reserva Biológica de Santa Isabel foi criada através do Decreto nº 96.999, de outubro de 1998, com o intuito de preservar ecossistemas costeiros, compostos por vegetação de restinga, cordões de dunas móveis e fixas, lagoas permanentes e temporárias e ambientes estuarinos. A Unidade se localiza no nordeste do estado de Sergipe, abrangendo área dos municípios de Pacatuba e Pirambú, ocupando cerca de 45 quilômetros de praias com larguras que variam de 600 a 5.000 metros.

Essa categoria de Unidade de Conservação apresenta restrições para algumas atividades e tem como objetivo, conforme o art. 10 da Lei nº 9.985/2000 (Lei do SNUC), a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

### 2.5 MAPEAMENTO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

A certificação é considerada como um instrumento de grande importância para garantir a qualidade nos serviços prestados nos diversos setores comerciais. Nesse ponto, é importante que os prestadores de serviços busquem sempre uma melhor maneira de garantir a eficiência da aplicabilidade dos quesitos formadores de qualidade, pois eles certamente garantirão melhores resultados nos indicadores de avaliação. Uma das formas para melhorar esse quesito é verificar a existência de documentos legais que qualifiquem cada atividade, seja por certificações ou



normalizações.

Nessa pesquisa, utilizamos como uma das fontes de busca a base de dados do INPI, em que selecionamos frases e palavras-chaves do tipo:

Certificação - Certificação de Percurso em Turismo de Aventura - Certificação de Percurso em Turismo - Certificação de Percurso em Ecoturismo - Certificação de Percurso em Ecofitness - Normalização de Percurso em Turismo de Aventura.

Em relação à análise de busca referente à Base de Patentes no INPI, realizada no dia 16/09/2014, utilizamos como palavra-chave a frase ***Certificação de Percurso***, não houve nenhum resultado e a única informação obtida foi: ***Nenhum resultado foi encontrado para a sua pesquisa***. Em decorrência desse resultado, verificou-se que o produto pesquisado a título de “certificação de percurso” não apresenta ainda nenhuma amostragem no banco de dados.

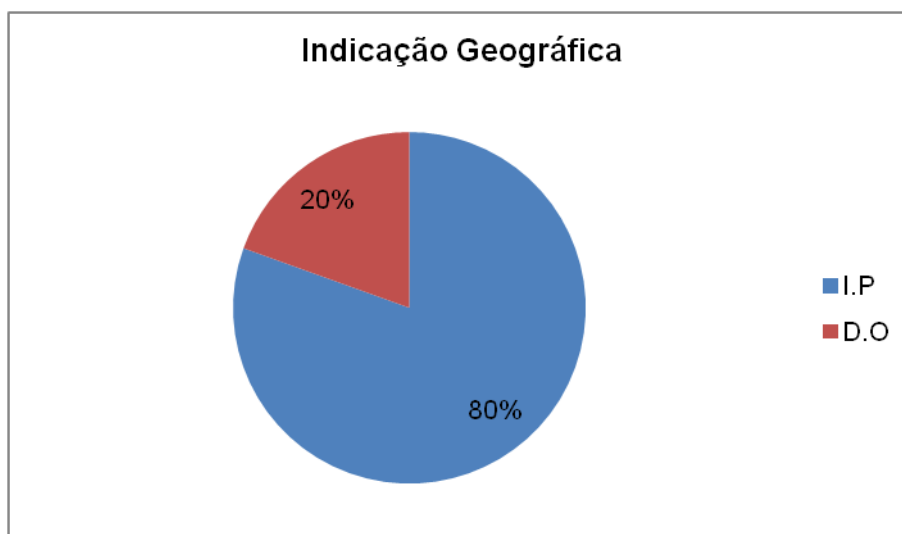
Na pesquisa realizada na base de programa de computador no dia 19/09/2014 com a palavra ***certificação***, um único depósito foi verificado e esse, por sua vez, não tinha relação alguma com o objeto pesquisado; o mesmo tinha, como campo de aplicação, o planejamento governamental, Estratégico, Operacional, Técnica de Planejamento, Organização Administrativa, Organização Funcional, Organograma, Estrutura Organizacional, Controle Administrativo, Análise de Desempenho, Avaliação de Desempenhos, entre outros.

Na análise realizada na Base de Marcas no dia 27/10/2014, também não foi encontrado nenhum depósito que pudesse servir como parâmetro para este estudo, o mesmo nos dava como resposta ***“Nenhum resultado foi encontrado para a sua pesquisa”***.

Nesse sentido, foi constatado que as frases e palavras utilizadas nas buscas não apresentaram resultados que se correlacionassem com o produto do objeto em questão, o que nos leva a crer que existem lacunas a serem preenchidas nesse quesito de certificação de percurso em meio à natureza.

A figura representada pelo número 7 mostra um quadro do cenário das indicações geográficas no Brasil e da sua representatividade atual, apresentada pela Indicação de Procedência e pela Denominação de Origem.

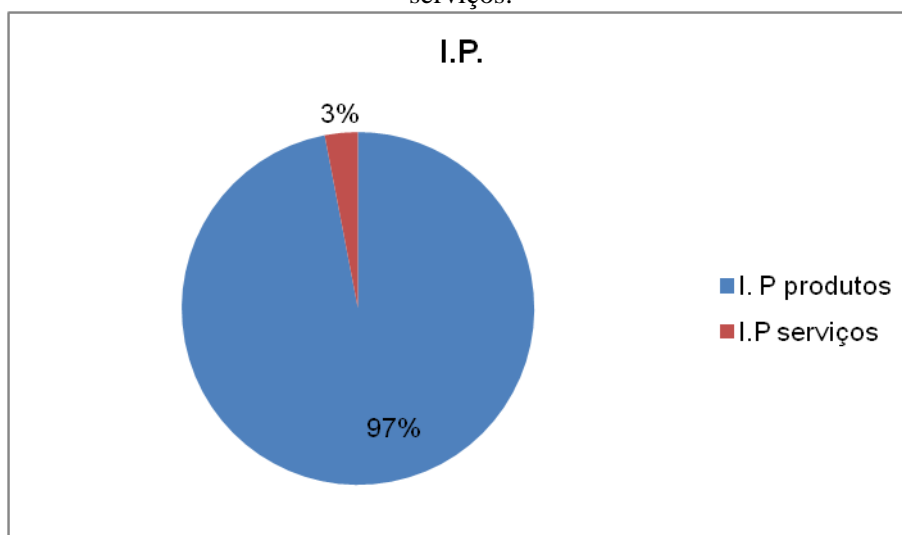
Figura 7 – Representação do quantitativo de Indicação de Procedência e Denominação de Origem.



Fonte: Elaboração própria.

A figura de número 8 retrata um cenário do percentual atual dos produtos em relação aos serviços, apresentados pelas Indicações de procedência no Brasil, onde se percebe claramente a grande diferença existente nessa relação econômica entre produto e serviços.

Figura 8 – Representação do quantitativo de Indicação de Procedência em relação a produtos e serviços.

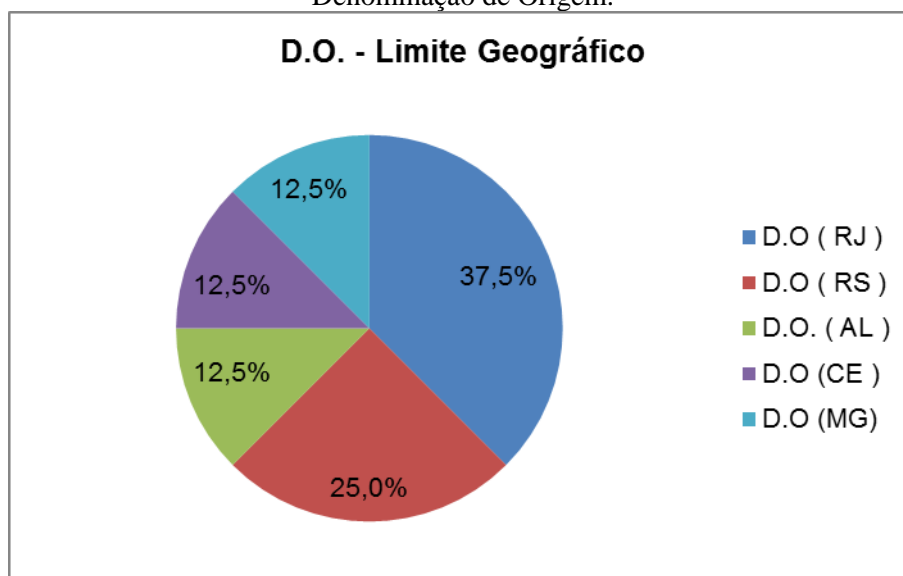


Fonte: Elaboração própria.

Ainda retratando o cenário das relações das IG no Brasil, a figura representada pelo número 9 descreve um quadro da situação atual relacionada à Denominação de Origem situada em cinco estados brasileiros possuidores dos maiores percentuais de limite geográfico, onde claramente o Estado do Rio de Janeiro aparece em 1º lugar, seguido do Estado do Rio Grande

do Sul.

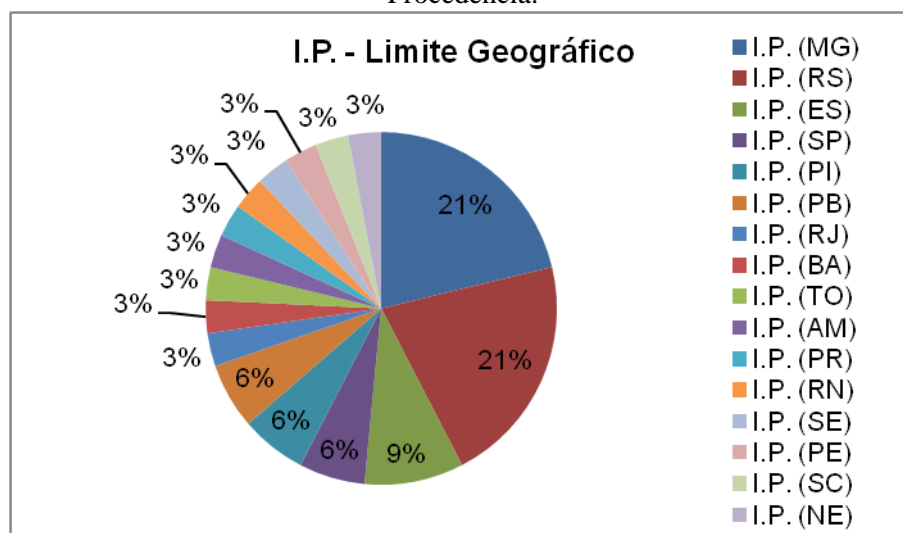
Figura 9 – Representação gráfica do percentual de cinco Estados do Brasil que utilizam a Denominação de Origem.



Fonte: Elaboração própria.

A figura de número 10 está diretamente relacionada às Indicações de Procedência em todo território brasileiro. Nessa perspectiva, podemos verificar os dois Estados que são os maiores detentores dos registros de I.P no Brasil. O Estado de Minas Gerais e o Estado do Rio Grande do Sul apresentam o mesmo percentual.

Figura 10 – Representação gráfica do percentual dos Estados do Brasil que utilizam a Indicação de Procedência.

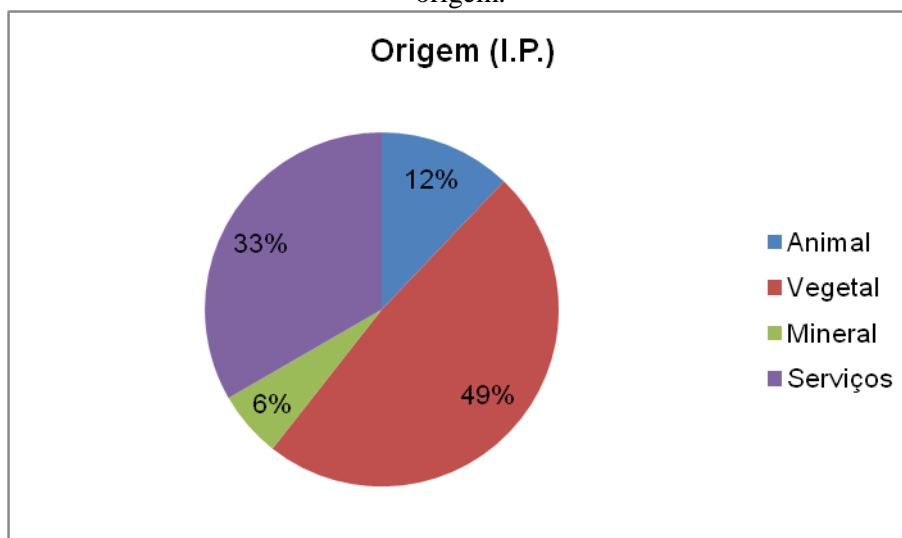


Fonte: Elaboração própria.

Analisando as características das I.G espalhadas no Brasil, podemos verificar, na figura de número 11, que o cenário atual apresenta um quadro em que os produtos de origem vegetal

são os que mais possuem registro de Indicação de Procedência, seguido dos prestadores de serviços.

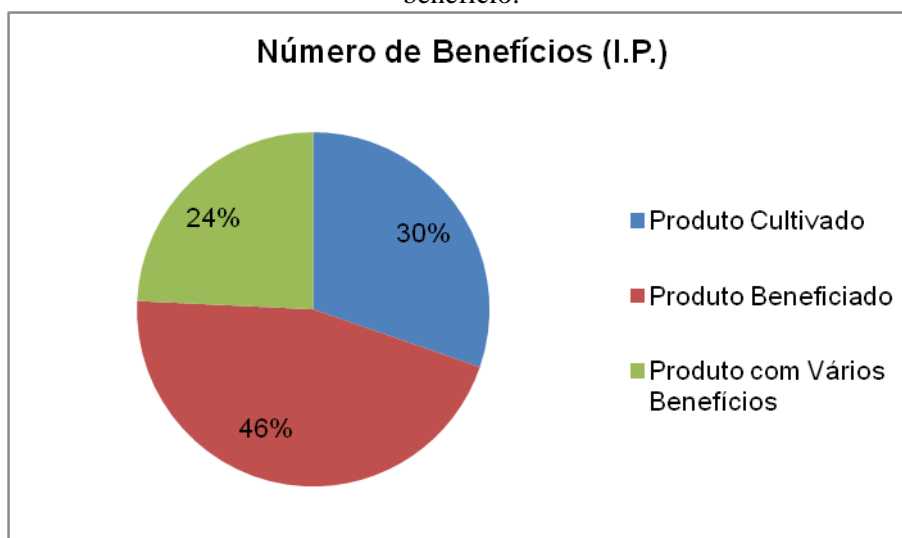
Figura 11 – Representação gráfica do percentual de Indicação de Procedência em relação à sua origem.



Fonte: Elaboração própria.

Na figura de número 12, está retratado o cenário das Indicações de Procedência em relação ao seu tipo de benefício. À maioria das Indicações de procedência são de produtos beneficiados, ou seja, são originados de outros produtos, em seguida, os produtos cultivados e, por fim, os de natureza de vários benefícios.

Figura 12 – Representação gráfica do percentual de Indicação de Procedência em relação ao tipo de benefício.

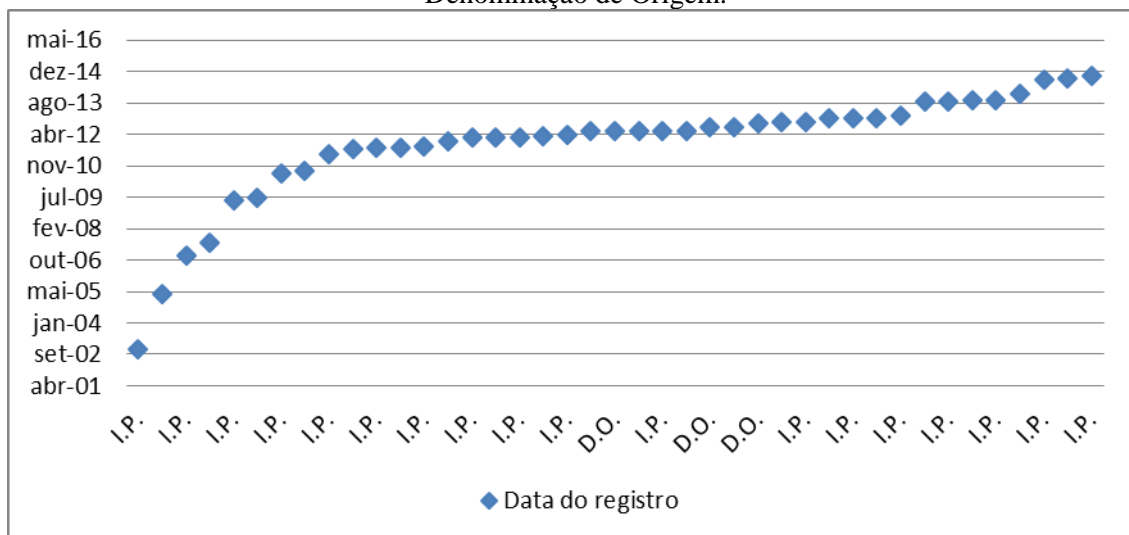


Fonte: Elaboração própria.

No gráfico a seguir, representado pela figura de número 13, está retratada a variação

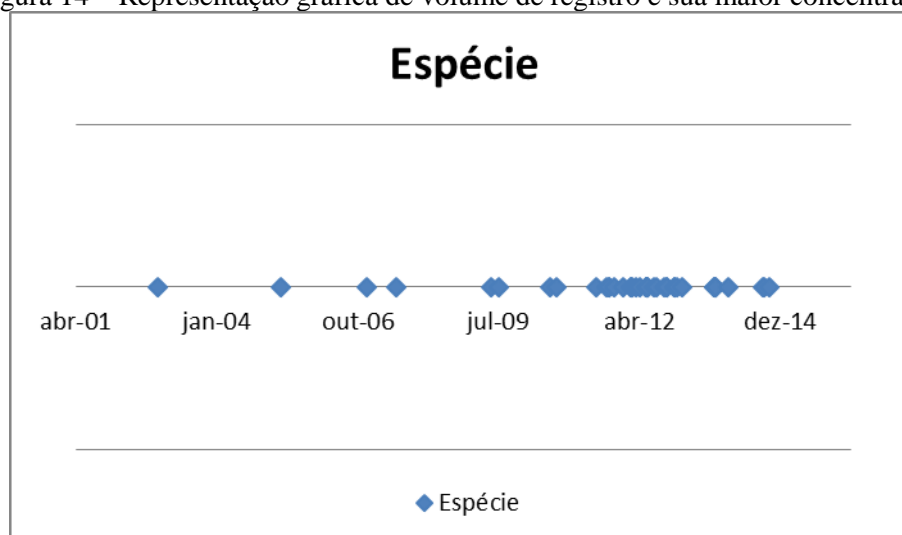
linear de registro de Indicação de Procedência e do registro de Denominação de Origem, mostrando claramente o grande aumento no número de registro no período de 2002 a 2012 e nos demais anos um pequeno crescimento.

Figura 13 – Representação gráfica da variação linear de registro de Indicação de Procedência e Denominação de Origem.



A figura de representada pelo número 14 está relacionada ao volume de maior concentração de registro realizado no período de abril de 2012.

Figura 14 – Representação gráfica de volume de registro e sua maior concentração.



### 3 METODOLOGIA

Atividades físicas e esportivas praticadas em meio natural e em áreas protegidas são cada vez mais procuradas e estão sujeitas à forte normatização e à regulamentação dos órgãos controladores. Nesse sentido, a certificação consiste na declaração de que um produto, processo, sistema ou pessoa encontra-se em conformidade com os requisitos especificados nas normas técnicas. Para a operacionalização dos objetivos propostos, esta pesquisa utilizou uma abordagem de natureza aplicada, pois gera conhecimentos para aplicação prática dirigida e solução de problema específico, envolvendo verdades e interesses locais.

A pesquisa é de caráter exploratório, pois, segundo Moresi (2003), é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Normalmente é o primeiro passo para quem não conhece suficientemente o campo que pretende abordar. O trabalho também é de cunho bibliográfico, pois foram utilizados, como referências, documentos e publicações de órgãos e instituições como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), no qual comparamos as referências bibliográficas levantadas sobre as Indicações Geográficas no Brasil. No que tange as normativas vinculadas ao sistema de gestão e segurança, foi realizada uma pesquisa no portal da ABNT, associando as normas de gestão de segurança ao Turismo de Aventura e o ecoturismo.

Para fundamentar esta pesquisa, foram utilizados como um dos procedimentos, uma busca por referencial teórico e bibliográfico nos sites e portais, tendo como um dos objetivos obter dados para garantir um embasamento científico. Além do Google Acadêmico e *Web of Science*, utilizamos também as bases contidas no portal dos periódicos CAPES para ampliar ainda mais os resultados.

Para as análises referentes às buscas nas Bases de Patentes do INPI, realizadas no mês de setembro de 2014, foram determinadas pelo uso de palavras-chave que tinham como ênfase palavras e frases: Certificação - Certificação de Percurso em Turismo de Aventura - Certificação de Percurso em Turismo - Certificação de Percurso em Ecoturismo - Certificação de Percurso em Ecofitness, entre outros.

Atividades físicas de caráter de aventura praticadas em meio a um ambiente pouco explorado são cada vez mais procuradas e estão sujeitas à forte regulamentação dos órgãos responsáveis. Diante do exposto, vimos que o Estado de Sergipe possui grande potencial para prática de atividade física realizada em meio à natureza ao qual daremos o nome de Ecofitness.

Dentro desse segmento, são apresentados diversos Biomas que têm como representação

um conjunto de ecossistemas constituído por características específicas de fauna e flora do Brasil, os quais são constituídos pela Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampa. Neste quesito, o Estado de Sergipe apresenta boas condições para a prática dessa atividade em meio à natureza, visto que o mesmo possui diversas reservas biológicas e área de preservação ambiental, a exemplo do Parque Nacional da Serra de Itabaiana que disponibiliza várias trilhas apropriadas para quem busca atividade desta natureza.

Os fatores psicológicos dos praticantes dessa modalidade são de grande relevância, pois determinaram as variáveis relativas ao estado de humor, ansiedade, depressão, hostilidades, entre outros parâmetros que compõem o perfil PoMS, que serão determinantes para assegurar um bom gerenciamento na qualidade dos serviços de carácter de natureza.

### 3.1 ESTUDO PSICOLÓGICO

#### *Participantes*

A amostra foi composta de 41 sujeitos de ambos os gêneros com idade média entre 29 e 41 anos (mínimo 16,67 e máximo 49,25 anos), praticantes eventuais de Ecofitness. Os critérios de inclusão foram os participantes da coleta que preencheram o questionário aplicado antes e depois da atividade de Ecofitness. Realizaram a atividade aqueles que não apresentaram nenhuma limitação motora para realização da trilha, de ambos os gêneros e idades.

O critério de exclusão aconteceu antes mesmo de iniciar as atividades, após detectar nas amostras sujeitos que não preenchesse algumas das informações dos questionários aplicados antes da atividade. Seria desconsiderado da amostra também os sujeitos que não tenha manifestado seu aceite mediante assinatura do Termo de consentimento Livre e Esclarecido. Todo estudo seguiu as orientações para pesquisas em humanos previstas pelo Conselho Nacional de Pesquisa.

#### *Instrumento*

Em um primeiro momento e para uma análise histórica, foi realizada uma busca de publicações na área do estudo ao longo dos anos. O resultado desse tipo de busca demonstra a pertinência do tema de estudo, indicando tendência e atualidade do tema. A busca deu-se com as palavras-chave Perfil PoMS.

Para a análise do estado de humor, foi utilizado o Perfil PoMS de McNair *et al.* (1971), versão portuguesa proposta por Viana *et al.* (2012), com identificação da data de nascimento e gênero dos sujeitos. O questionário é composto de seis variáveis divididas em 42 palavras que descrevem sensações cotidianas compondo o Perfil PoMS. Elas estão divididas em grupos que

se relacionam com tensão/ansiedade, depressão, raiva/hostilidade, vigor, fadiga e confusão mental. Vigor é a variável positiva do humor, sendo as demais variáveis consideradas negativas. Valores elevados de vigor e reduzidos de tensão, depressão, raiva, fadiga e confusão mental caracterizam o Perfil Iceberg ou Perfil de Saúde Mental Positiva (WERNECK *et al.*, 2006).

#### *Procedimentos*

A atividade de Ecofitness foi realizada em uma sessão no Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe, tendo seu início às 8h 10 min. O percurso realizado consistiu em uma caminhada de (6) km por terrenos com aclives e declives, com paradas em diversos pontos da trilha e durou aproximadamente seis (6) horas. A altitude do percurso variou de 170m a 640m e a umidade relativa média mensal no Parque é de 84,6%. Ao final do percurso foi respondido o questionário mais uma vez. A seguir, foi realizada uma visita ao parque dos Falcões para contemplação das aves de rapina, parque destinado à preservação e estudo de animais, localizado dentro do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, a vista durou 60min.

#### *Análise estatística*

Para testar as hipóteses formuladas, foi realizado o teste *t*-Student para medidas repetidas. Uma vez coletados os dados e realizado o teste *t*-Student para testar Hipóteses, os resultados foram agrupados individualmente entre as seis variáveis medidas pelo instrumento.



## 4 RESULTADOS

Os resultados são apresentados de forma descritiva em tópicos. O primeiro tratará das normativas vigentes para o Ecoturismo, especialmente as NBRs citadas na literatura oficial do governo Brasileiro, Ministério do turismo e do Meio ambiente. Dando prosseguimento, são apresentados dados de alterações psicológicas em praticantes das atividades ditas de Ecoturismo. Os dados são argumentativos para estruturar a linha de raciocínio desenvolvida nesta dissertação.

### 4.1 NBRs do ECOTURISMO

Na figura de número 15, estão demonstrados os períodos de vigência das NBRs, desde o ano de sua publicação até o ano de sua extinção. Temos como exemplo a NBR 15286, publicada em outubro de 2005, extinta em novembro de 2014 e substituída pela NBR 21103 de 2014.

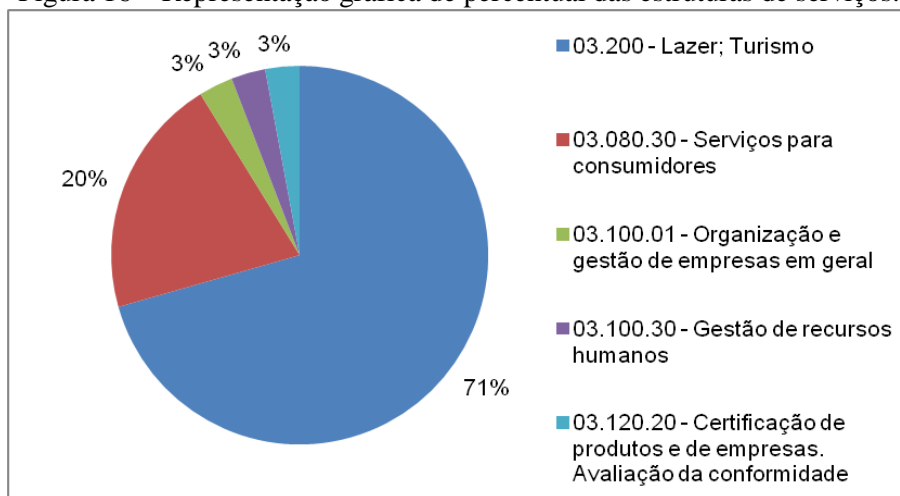
Figura 15 – Representação gráfica das NBRs válidas e extintas até 2015.



Fonte: Elaboração própria.

Na figura a seguir representada pelo número 16, observa-se uma variação de percentual das estruturas funcionais representada pela Classificação Internacional de Normas, a ICS (International Classification for Standards), que no Brasil é representada pela sigla CIN (Código Internacional de Normas), que demonstra o crescimento do segmento na área de lazer e turismo respectivamente, comprovando o aumento de empresas que adotaram o sistema de gestão da qualidade.

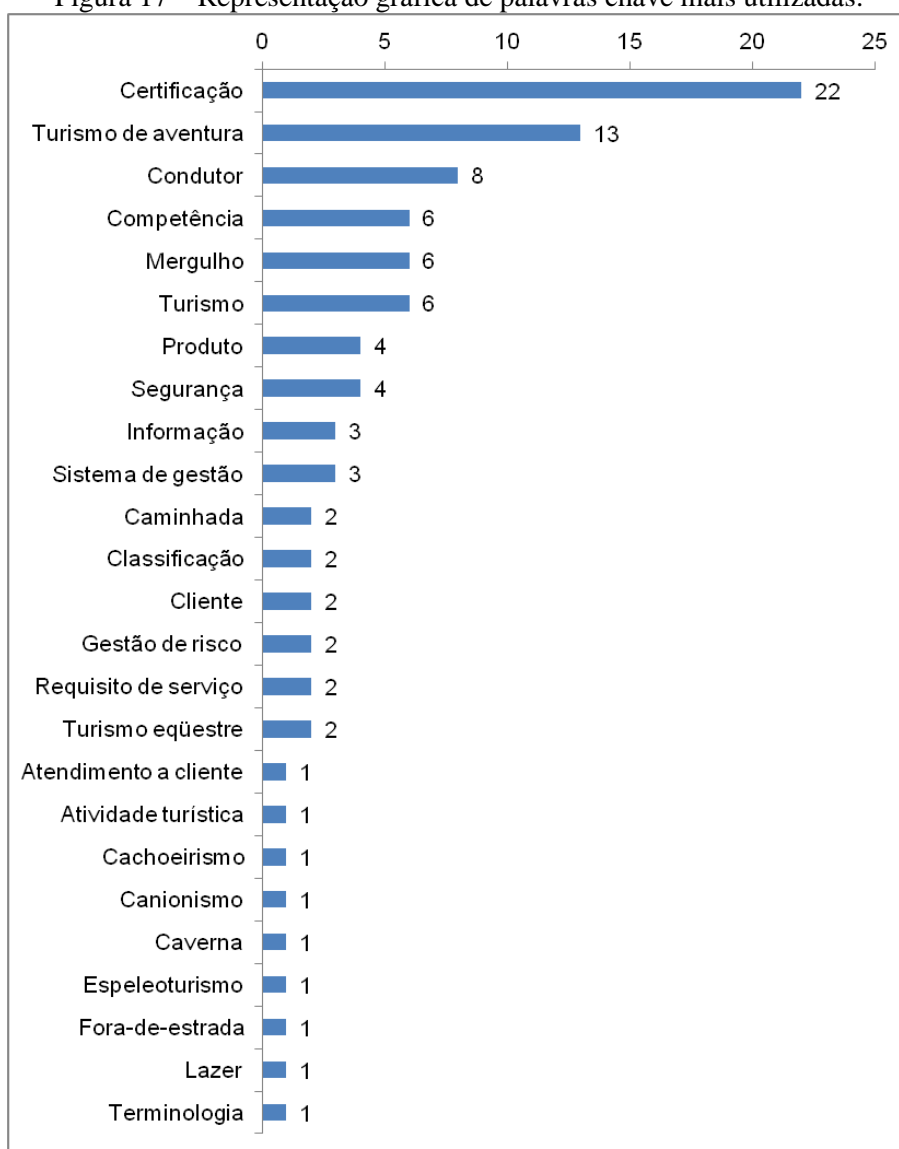
Figura 16 – Representação gráfica de percentual das estruturas de serviços.



Fonte: Elaboração própria.

A figura 17 está relacionada à variação de estruturas de serviços oferecidos que são pesquisadas a partir da utilização de palavras-chaves mais frequente. Nesse contexto, verificou-se, assim, o grau de importância na escala de 0 a 25. Os termos “Certificação” e “Turismo de Aventura” são os mais frequentes.

Figura 17 – Representação gráfica de palavras chave mais utilizadas.

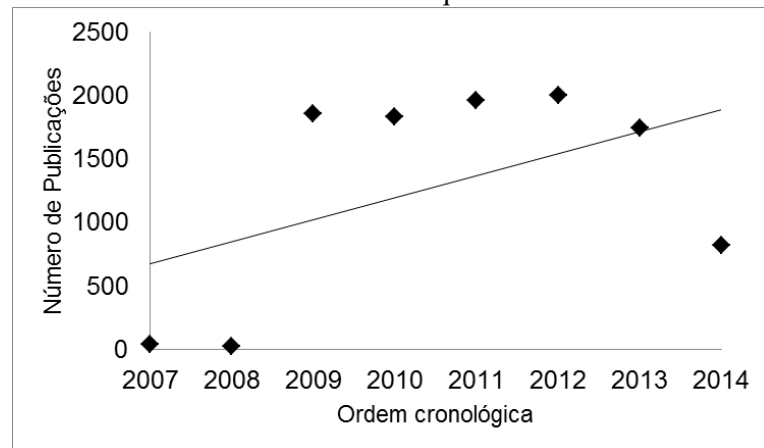


Fonte: Elaboração própria.

## 4.2 ALTERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Na Figura 18, estão representados os totais de publicações encontradas em pesquisa na base de dados disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes] em seu Portal de Pesquisas chamado Periódicos e de acesso público. Observa-se que as publicações iniciam no ano de 2007 ainda de forma tímida, mas efetivamente se encontram valores elevados de publicações a partir do ano de 2009.

Figura 18. Número de registros de publicações sobre Perfil PoMS disponibilizadas anualmente na base de dados Periódicos de CAPES. Pesquisa feita em maio de 2014.



Fonte: Periódicos.Capes.

A amostra feminina, quando analisada individualmente, apresentou os mesmos resultados que o grupo como um todo. Entretanto, a amostra masculina apresentou diferenças altamente significativas ( $p < 0.01$ ) somente para Tensão/Ansiedade e diferenças significativas ( $p < 0.05$ ) para Hostilidade/Raiva e Confusão.

No quadro 1, estão descritos os valores do pré e pós-teste, os valores de  $t$  encontrados e os valores críticos de  $t$  para, assim como a significância. Por meio do teste  $t$ -Student para observações pareadas, encontraram-se diferenças altamente significativas ( $p < 0.01$ ) quando analisados todos os sujeitos para Tensão/Ansiedade, Depressão, Hostilidade/Raiva e Confusão.

Quadro1 - Valores totais e por gênero das variáveis Tensão/Ansiedade, Depressão, Hostilidade/Raiva, Vigor, Fadiga e Confusão medidos pelo Perfil PoMS; valores de *t*-Student; valores críticos de *t*.

	Todos (n=41)	Feminino (n=28)	Masculino (n=13)
<b>Tensão/Ansiedade</b>			
Valor Pré-teste	2,58	2,70	2,32
Valor Pós-teste	1,47**	1,41**	1,60**
<i>T</i>	7,981	7,067	3,104
tvc p<0,05	2,021	2,052	2,179
tvc p<0,01	2,704	2,771	3,055
<b>Depressão</b>			
Valor Pré-teste	1,64	1,76	1,38
Valor Pós-teste	1,19**	1,25**	1,08
<i>T</i>	3,721	3,000	2,161
tvc p<0,05	2,021	2,052	2,179
tvc p<0,01	2,704	2,771	3,055
<b>Hostilidade/Raiva</b>			
Valor Pré-teste	1,79	1,87	1,59
Valor Pós-teste	1,08**	1,10**	1,02*
<i>T</i>	5,451	4,412	2,91
tvc p<0,05	2,021	2,052	2,179
tvc p<0,01	2,704	2,771	3,055
<b>Vigor</b>			
Valor Pré-teste	3,49	3,46	3,54
Valor Pós-teste	3,64	3,70	3,61
<i>T</i>	-0,612	-0,816	-0,157
tvc p<0,05	2,021	2,052	2,179
tvc p<0,01	2,704	2,771	3,055
<b>Fadiga</b>			
Valor Pré-teste	2,37	2,52	2,04
Valor Pós-teste	2,46	2,48	2,40
<i>T</i>	-0,412	0,104	-1,006
tvc p<0,05	2,021	2,052	2,179
tvc p<0,01	2,704	2,771	3,055
<b>Confusão</b>			
Valor Pré-teste	2,19	2,23	2,08
Valor Pós-teste	1,68**	1,69**	1,65*
<i>T</i>	4,696	3,526	2,703
tvc p<0,05	2,021	2,052	2,179
tvc p<0,01	2,704	2,771	3,055

\* p<0,05

\*\* p<0,01

n = Número de sujeitos

t = Valores do teste *t*-Student

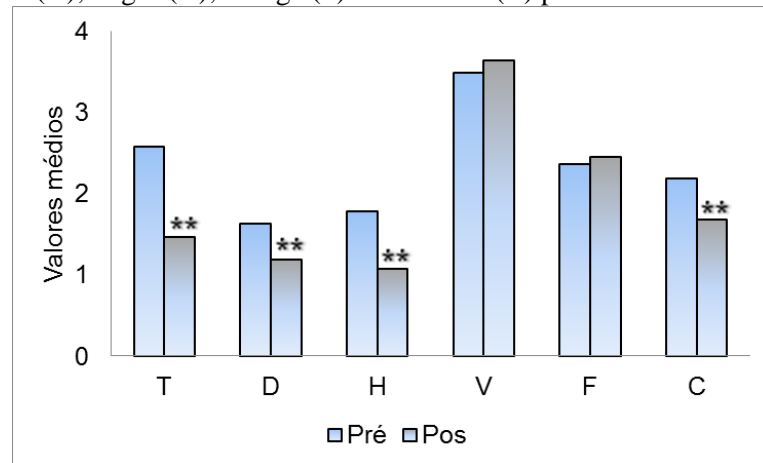
tvc = Valor crítico de *t*-Student

Fonte: Elaboração própria

Uma vez apresentados os valores e percebidas as diferenças significativas de algumas variáveis, na figura 19 é apresentado o quadro comparativo dos resultados pré e pós-teste da amostra, considerando as seis variáveis de estudo para a amostra total.

É possível perceber que as quatro variáveis que apresentaram diferenças significativas diminuíram seus valores. A variável Vigor, embora não tenha apresentado diferença significativa no pré e pós-teste, apresentou valores mais elevados.

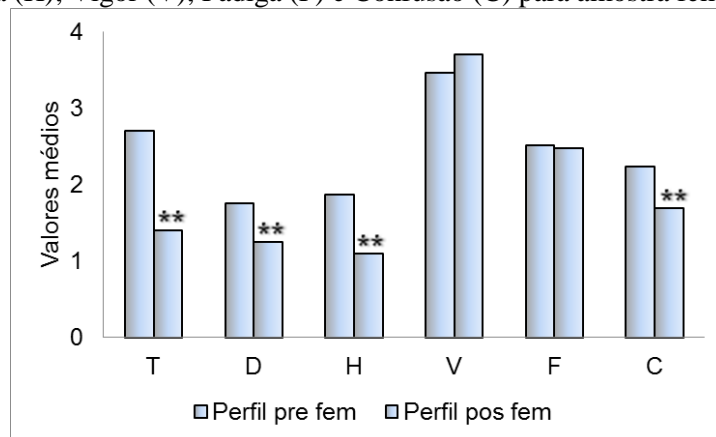
Figura 19 Valores pré e pós-teste das variáveis Tensão/Depressão (T); Depressão (D); Hostilidade/Raiva (H); Vigor (V); Fadiga (F) e Confusão (C) para o total da amostra. (\*\*  $p < 0,01$ ).



Fonte: Elaboração própria

Quando os dados são analisados por gênero, observa-se que o gênero feminino apresentou os mesmos resultados que a amostra de em sua totalidade. Na figura 20, estão apresentados os valores por variável com diminuição das pontuações para as variáveis negativas e, embora não haja diferença significativa, a variável Vigor apresentou valores mais elevados no pós-teste.

Figura 20. Valores pré e pós-teste das variáveis Tensão/Depressão (T); Depressão (D); Hostilidade/Raiva (H); Vigor (V); Fadiga (F) e Confusão (C) para amostra feminina. (\*\*  $p < 0,01$ ).

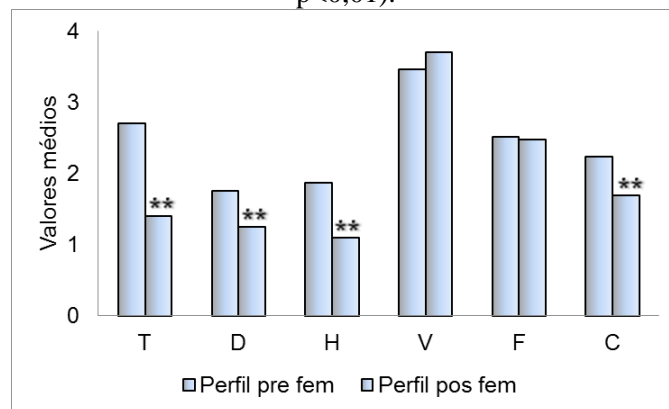


Fonte: Elaboração própria.

Na figura 21, estão apresentados os valores pré e pós-teste para o gênero masculino. Observa-se que as variáveis que apresentaram diferenças significativas são negativas e, no pós-teste, os valores foram inferiores ao pré-teste.

A variável Depressão não apresentou diferença significativa, mas os valores foram inferiores no pós-teste, assim como a variável Vigor que no pós-teste apresentou valores mais elevados.

Figura 21. Valores pré e pós-teste das variáveis Tensão/Depressão (T); Depressão (D); Hostilidade/Raiva (H); Vigor (V); Fadiga (F) e Confusão (C) para amostra masculina. (\*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ).



Fonte: Elaboração própria.

## 5 DISCUSSÃO

O turismo de aventura envolve um inerente risco e desafios constantes. A legislação que normatiza os serviços de oferta desse tipo de atividade deve acompanhar sua evolução. As NBRs seguem essa mesma lógica e normas mais antigas sempre podem ser atualizadas e substituídas por redações mais completas. Assim, a ISO 21103/14 parece assumir essa função de atualização no momento em que substitui outras 4 NBRs, demonstrando preocupação com o avanço dessa indústria do turismo.

Uma dificuldade presente é justamente a mobilidade dos conceitos e das necessidades humanas. Por exemplo, (ZYSMAN; RABINOVICH, 2008) afirmam que a concretização de uma educação ambiental de boa qualidade esbarra no fato do Ecoturismo ser abrangente e possuindo conceito guarda-chuva, acolhendo práticas como caminhadas, escaladas, rapel, espeleologia, cavalgadas, mergulho, passeios de barco, vela, voo livre, balonismo, estudos do meio, safári fotográfico, observação de fauna e de flora, turismo esotérico e turismo rural. Com isso, a educação ambiental vem em segundo plano. Outro fator seria a interpretação que as entidades possuem sobre o Ecoturismo, concluindo que esse seja uma ação propriamente empresarial e fazendo com que os profissionais dessa área não visualizem a parte educadora do projeto.

A efetividade da competitividade no turismo não está na quantidade de recursos, mas sim no planejamento e estratégias utilizadas em suas atividades, ou seja, é preciso inovação e não somente recursos, o que obriga que os órgãos normalizadores estejam sempre se atualizando em suas requisições (SOARES; DA SILVA, 2010). Talvez se houvesse uma maior organização de definições entre as vertentes do ecoturismo, o processo de competitividade fosse mais fácil e efetivo.

Assim, se o principal chamativo nas atividades com contato com a natureza está na promessa de momentos de aventura (CHAO, 2004), não basta a atualização das normas para garantir sucesso e segurança aos praticantes. O próprio Ministério do Turismo define Turismo de aventura como “movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2010, p. 14).

Os conceitos de aventura e de competição são bastante amplos e poderiam ser questionados ao interpretar essa definição. Todavia, ainda assim haveria pessoas praticando desde caminhadas ao ar livre até competidores de finais de semana em busca tão somente de um momento em que testam seus limites pessoais, comparando-se a si mesmo.



Os autores, como (DIAS; VITAL, 2014), identificam diferenças entre ecoturismo e turismo de aventura. O primeiro focaria na contemplação, contribuição com a população local e promoção de consciência ambientalista; o segundo remete à cultura de vida ao ar livre através de práticas de atividades de aventura que reconheçam e assumam os riscos envolvidos em tais práticas. Segundo a NBR/ABNT 1550, atividades de turismo de aventura são atividades oferecidas comercialmente baseadas em atividades de aventura que possuam conteúdo recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos.

Em relação à educação e preservação ambiental, Tahara *et al.* (2006) afirma a necessidade de um trabalho multidisciplinar entre Turismo, Ecologia e Motricidade, o que nos remete a uma aproximação entre as terminologias anteriores, pois a preservação ambiental deveria ser o ponto central do estilo de vida humano.

Outro posicionamento forte, nesse sentido, é de Chao (2004), que afirma que o trabalho interdisciplinar (entre Educação Física, Sociologia, Turismo, Biologia) para um trabalho de educação ambiental de boa qualidade é essencial e importante. Ainda segundo o autor, afirma que é necessário uma identificação dos objetivos de cada área de atuação no projeto de educação ambiental, já que a Educação Física, por exemplo, não tem certeza da sua real área de atuação. Ele também defende que a Educação Física, que sempre foi vista como área responsável pelo lazer, não possui essa competência. A Sociologia rege esta atividade já que ela é dita como uma expressão cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

Toda essa discussão passa pela identificação das palavras-chave que são citadas nas NBRs. Elas evidenciam que o campo de atuação ainda é amplo e pouco definido. Palavras como Certificação, Turismo de Aventura e Condutor se relacionam muito mais com a legislação que com uma ação de segurança do praticante. Também não se associam a consciência ambiental ou preservação da natureza.

Mais adiante, quando se analisam a classificação internacional de normas (CIN ou ICS em inglês), os resultados apontam que 71% das NBRs são classificadas como Serviço de Lazer e Turismo e todas na seção “03”. Mas se os conceitos invariavelmente estão centrados na utilização do meio ambiente como local da prática e os temas preservação, ecologia, proteção às áreas naturais sempre permeiam os estudos, parece que as NBRs deveriam contemplar minimamente pelo menos o campo ou seção “13” que reúne Meio Ambiente, Proteção da Saúde e Segurança. Também seria esperada alguma referência à seção “11” que reúne Tecnologia de Atenção à Saúde (IOS, 2005).

A Classificação Internacional de Normas destina-se a ser utilizada como uma estrutura para catálogos de normas e outros documentos normativos internacionais, regionais e nacionais, e como uma base para sistemas regulares de normas internacionais, regionais e nacionais.

Confirmando essa linha de raciocínio, de acordo com a Society (2015), Ecoturismo é agora definido como "viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar da população local, e envolve interpretação e educação" sendo mais completa que a definição de Barbosa e Perinotto (2010), que apresentam a definição, (apud Serrano e Bruhns (1997)), dizem que Ecoturismo seria a viagem responsável a áreas naturais, que visa preservar o meio ambiente e promover o bem estar local da população. Contudo, de acordo com os representantes do mercado de turismo, Ecoturismo envolve observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos, práticas de esportes e realização de pesquisas científicas.

Dias e Vital (2014), apontam como definição do Ecoturismo, segundo o Ministério do Turismo, um segmento da atividade turística, que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (Brasil, 2008, p. 56)

Vale ressaltar Marinho (2004), que apresenta duas vertentes da atividade na natureza, uma atrelada à competição e a outra à expressão lúdica. A autora caracteriza as atividades na natureza como sendo práticas agenciadas por empresas e não por profissionais especializados e também não possuem relações institucionais com órgãos acadêmicos. Assim, acha necessário inserir as atividades em meio à natureza em cursos acadêmicos, inclusive na Educação Física, para demarcar novas oportunidades profissionais e gerar maiores mudanças de comportamento, pois haveria um entendimento maior sobre a ação do corpo durante atividades no meio natural devido às bases científicas aprendidas no curso.

A variedade de nomes e descrições de atividades similares na natureza leva a uma indefinição das práticas e profissionais envolvidos. As NBR's promovidas pela ABNT auxiliam na organização de atividades na natureza que estão em pleno desenvolvimento e popularização. Apesar das inúmeras NBR's cadastradas, é perceptível a necessidade de maior clareza em relação às atividades e aos profissionais que são cercados pelos riscos inerentes à prática de atividades na natureza.

O risco, tema abordado neste estudo, é comum em atividades não habituais praticadas na natureza. É correto afirmar que o nível de instrução do profissional é relativo ao risco envolvido em determinada atividade. A capacidade do profissional sem dúvida influencia na

segurança do grupo que pratica atividades no meio natural. Através da análise de diversos artigos, ficou clara a dificuldade de delimitação entre áreas profissionais que são envolvidas pelo trabalho em áreas naturais.

O Ecoturismo e Turismo de Aventura são contemplados pela necessidade de multidisciplinaridade de profissionais. As duas atividades são caracterizadas pelo movimento corporal em meio à natureza pelo trabalho em grupo e pelo desafio em um meio incomum ao urbano. Portanto, profissionais de Educação Física, Sociologia, Turismo e de outras áreas são importantes para a diminuição dos riscos que fazem parte das atividades em meio natural.

A conservação da natureza também é um fator que necessita atenção em tais práticas. Como afirmado anteriormente, a preservação ambiental deveria ser o ponto central do estilo de vida humano. Para isso, a inclusão de profissionais que saibam a importância desse fator é de grande importância para que o objetivo de preservação seja alcançado.

Resumidamente, as ofertas de atividades na natureza, Ecoturismo e Turismo de Aventura, devem ser revistas com maior foco na execução de atividades, nos profissionais requeridos e nos riscos avaliados. As NBR's, que estão em constante atualização, possuem a autoridade de definir as características acerca de uma atividade. Assim, para que haja melhor aproveitamento em atividades realizadas na natureza, este trabalho propõe uma reavaliação das NBR's e a possível inclusão de uma equipe multidisciplinar nas atividades em meio natural.

## 5.1 ALTERAÇÕES PSICOLÓGICAS

O Perfil PoMS tem sido um instrumento largamente utilizado na literatura, principalmente nos últimos seis anos. Ele tem sido um instrumento valioso para medir estados psicológicos, principalmente associados ao exercício físico, de acordo com a busca bibliográfica inicial.

Estudo de Werneck *et al.* (2006) utilizou como instrumento de medida o PoMS, e os resultados relacionam o exercício físico a melhoria do estado de humor. Essa melhora é potencializada de acordo com diferentes tipos de intensidade e adequação das características do sujeito para torna-la prazerosa, sempre relacionando com um ambiente agradável.

Dentre as variáveis medidas no PoMS, o primeiro valor é a Tensão ou Ansiedade. O cuidado que se deve ter é que a ansiedade em algumas situações pode ser confundida, quanto ao seu termo, na característica geral do indivíduo em reagir a situações com sentimentos de estresse e nervosismo relacionando assim ao seu perfil de ansiedade (BALAGUER, 1994), o

que é diferente de referir-se a própria reação emocional, o que está associado ao estado de ansiedade.

Embora na amostra estudada não tenha sido considerada a faixa etária, em um estudo sobre efeitos da atividade e exercício físico em mulheres no período na menopausa (NEVES; NEVES, 2013), verificou-se que a atividade física pode promover uma diminuição na ansiedade e nos sintomas depressivos, promovendo assim benefícios à saúde e do bem estar psicológico, o que poderia explicar os resultados obtidos.

Também é importante considerar o ambiente onde foi realizado o estudo que pareceu estimulante, assim como a associação de resultados em variáveis distintas. Estudo de Nunes *et al.* (2013) indicam que sintomas de ansiedade e de depressão obtiveram uma associação significativa, demonstrando a importância em avaliar a presença e interferência de fatores emocionais para obtenção dos resultados no presente estudo.

Outras explicações poderiam ser a variação térmica dos sujeitos e o caráter contínuo do exercício realizado. Muller *et al.* (2011) relacionam em estudo que tanto o humor quanto a função cognitiva são alteradas de acordo com a exposição do frio agudo, tendo uma diminuição significativa após o exercício, que tem melhor eficácia de forma contínua comparada ao exercício intervalado.

O suporte social presente no estudo, configurado no ambiente acolhedor gerado pela tarefa se assemelha ao que Airosa e Silva (2013) consideram a vinculação entre a mãe e o bebê. Seu estudo analisou relações entre suporte social, sintomatologia depressiva, ansiedade e estresse e observaram que há maior vinculação materna na gestação do que na fase do pós-parto.

A diminuição da depressão nos sujeitos oferece interpretações distintas, mas importantes. Por exemplo, o maior nível de depressão em idosos institucionalizados ocorre em idosos que não ingressam por legítima vontade e nos idosos que têm mais de 75 anos, tendo a sua maior satisfação com o suporte social, podendo atenuar a depressão em idosos (PIMENTEL *et al.*, 2012). Se uma única experiência pode reduzir níveis de depressão, então seria possível otimizar o apoio a idosos institucionalizados, reduzindo, assim, a necessidade de medicação e apoio pessoal.

Essa posição é corroborada por Laureano *et al.* (2014) que verificaram em seus estudos que idosos com melhor capacidade física funcional e uma melhor aptidão cardiorrespiratória apresentam menores custos com consumo de medicamentos e estados de humor mais positivos.

Resultados semelhantes foram obtidos em estudo relacionando o estresse e o humor de voluntários de um desastre. Os resultados mostraram que no decorrer do trabalho assistencial,

houve uma diminuição no estresse percebido, angústia geral e raiva, bem como um aumento de emoções positivas (CRISTEA *et al.*, 2014), o que traria uma explicação social mais que física para os resultados.

Em relação à variável Hostilidade ou Raiva, definida por Samulski (1992) como algo que surge quando uma meta, em que se acredita atingir, não é obtida, esse parece ter sido um fator de valores invertidos, pois as tarefas realizadas foram de alcance a todos, contribuindo para sensação de eficiência e confirmando Laneiro *et al.* (2011) que encontrou relação negativa da tensão e fadiga estão associadas com a satisfação da tarefa.

Parece que a literatura está farta de explicações psicossociais para explicar alterações de estado de humor. De acordo com Fisher *et al.* (2009), as relações dos indivíduos com o mundo e sua qualidade de vida estão associadas a diferentes aspectos, dentre eles aspectos psicossociais e emocionais. As emoções e sentimentos, quando controlados e estimulados devidamente, contribuem muito para o bem estar do ser humano.

Os mesmos resultados foram encontrados em pesquisa com objetivo de relacionar a influência das relações das dinâmicas sociais (família, amigos e escola) sobre o estado de humor, realizada com um time de voleibol feminino. Os resultados indicam uma clara interferência entre os dois aspectos (REBUSTINE; MACHADO, 2012).

Um terceiro aspecto presente neste estudo deve ser levado em consideração. Quando se trata de atividade em meio natural, as emoções são um dos elementos mais recorrentes nos praticantes, relacionando diretamente as reações do indivíduo. É através das emoções que o indivíduo entra em contato com o mundo e consigo mesmo, contribuindo, assim, na busca pela interioridade e para fugir da rotina (CARNICELLI FILHO, 2007).

Um fator interessante que ficou evidente é que a literatura cita outros estudos que buscam alterar as variáveis do estado de humor medidas pelo PoMS e a extensão temporal dos mesmos. Yoshihara *et al.* (2014) verificaram que, em 12 semanas de prática de yoga, com mulheres, houve a melhora significativa no estado de humor, tais como, ansiedade, depressão, raiva, confusão, fadiga, mantendo o vigor.

Também pesquisou alterações nos marcadores fisiológicos; cortisol, bilirrubina, 8-hidroxideoxiguanosina, havendo apenas diferenças significativas no aumento das concentrações de 8-hidroxideoxiguanosina no final das 12 semanas de prática, o que significa um aumento no processo de lesão no DNA, contrariando a hipótese dos investigadores. Zheng *et al.* (2014) assumem posição semelhante quando acreditam que são necessárias 12 semanas praticando *Tai Chi Chuan*, 5 vezes por semana, 60 minutos por seção, para obter benefícios na melhora do humor de jovens universitários de 18 a 25 anos.

Parece evidente que o perfil desportivo dos praticantes, que buscam na atividade física um objetivo de se manter saudável, incluídos em um programa de saúde, altera-se, significativamente, nos valores positivos de humor, bem como nos baixos valores do estado de depressão, ansiedade e stress (CID *et al.*, 2007).

Da mesma forma, Strickland e Smith (2014) identificaram na literatura os efeitos benéficos da atividade física resistida sobre a ansiedade. No entanto, citaram a necessidade de estudos que relacionem a atividade física, ansiedade, eixo hipotálamo-hipófise-adrenal e os efeitos do hormônio cortisol, oferecendo uma quarta linha de investigação para compreensão deste estudo.

Ficou evidente que os resultados obtidos são significativos. Entre as explicações possíveis está o fato de os sujeitos terem realizado atividade física. Também é considerada a hipótese dos benefícios psicossociais da atividade e de ter sido realizada em meio à natureza, fora do ambiente cotidiano dos sujeitos.

Outra explicação seria os efeitos bioquímicos e as alterações hormonais, mas de qualquer forma, com qualquer explicação, ficou claro que em uma sessão de atividade se conseguiu resultados expressivos de alteração de estado de humor em variáveis importantes como ansiedade, depressão, hostilidade e confusão. As alterações no vigor, embora não tenham sido significativas, foram positivas, que somadas às anteriores, produzem bons indicativos para futuros estudos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dados coletados e analisados, é possível elaborar algumas conclusões. Os dados apresentados comprovaram que não há registro de Indicações Geográficas na área de Turismo de Aventura, Ecoturismo ou similares e por sua vez as NBRs atuais e vigentes no Brasil, dão conta somente de atividades de guia de turismo, disciplinando poucas ações de prevenção e muitas ações de gerenciamento de possíveis problemas caso eles aconteçam.

Diante do exposto, ficou claro que as atividades ditas de aventura, realizadas em meio à natureza, também causam adaptações físicas nos participantes e possuem especificidades peculiares de atividade física, visto o grau eminente de riscos fisiológicos que não são contemplados nas normativas atuais para guias e empresas de turismo.

Nesse contexto, é possível concluir também que as especificidades locais apresentadas pelos parques, florestas e reservas são fortes argumentos para solicitação de Indicação Geográfica de percursos, uma vez que a procura por esse tipo de atividade em meio à natureza vem crescendo muito no cenário brasileiro, aumentando cada vez mais a demanda por serviços com qualidade e certificação. Nesse sentido, vale ressaltar que o Estado de Sergipe também é conhecido por suas trilhas localizadas no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, em especial o Parque dos Falcões.

Sendo assim, quando for concedida a primeira Indicação Geográfica de Percurso em meio à natureza, é bem provável que toda a legislação e a normatização brasileira devam ser revistas e atualizadas para um bom gerenciamento dessas atividades.

## REFERÊNCIAS

- AIROSA, S.; SILVA, I. Associação entre vinculação, ansiedade, depressão, estresse e suporte social na maternidade. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 14, n. 1, p. 64-77, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14024**: Rótulos e declarações ambientais - Rotulagem ambiental do tipo I - Princípios e procedimentos. Rio de Janeiro, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001**: Sistemas de gestão da qualidade: Requisitos. Rio de Janeiro, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001**: Sistemas da gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15331**: Turismo de aventura. Sistema de gestão da segurança: Requisitos. Rio de Janeiro, 2005.
- BALAGUER, I.; CASTILLO, I. Entrenamiento psicológico en el deporte. En I. BALAGUER (Dir.), **Entrenamiento psicológico en el deporte: Principios y aplicaciones**, Valencia: Albatros Educación, p. 307-347, 1994.
- BARBOSA, A. G. P.; PERINOTTO, R. C. Trilha ecológica do cavalo-marinho: ecoturismo em Barra Grande/PI. **Revista do Programa de Pós graduação em Turismo**, v. 2, n.1 p. 45-55, 2010.
- BARROS, R. C.; SANTOS, T. S. Indicação geográfica no Brasil: um instrumento para o desenvolvimento rural sustentável (uma revisão). **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2386>>. Acesso em: 03 mar. 2015.
- BRANDIM, A. S.; CORRÊIA, R. R. Normalização e avaliação de conformidade. In: RUSSO *et al.* (Org). **Capacitação em Inovação Tecnológica para Empresários**. Aracaju-SE, v. 2, n. 2, cap. 9 p. 211-246, 2012.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Termo de referência selo da qualidade nacional do turismo**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação, 1ª ed., Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2011/06/TERMO\\_DE\\_REFERENCIA.pdf](http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2011/06/TERMO_DE_REFERENCIA.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. 3. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. 2.ed. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília, 2008.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO. Portaria n.º 214, de 22 de junho de 2007. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 26 jun. 2007, p. 38, sec. 1. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/rtac/pdf/RTAC001154.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

CARNICELLI FILHO, S. **O prazer e o medo nas atividades físicas de aventura na natureza**. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro-SP, Brasil, 2007.

CHAO, C. H. Relação homem/natureza e o lazer como uma possibilidade de sensibilização da questão ambiental. **Revista Motrivivência**, v. 16, n. 22, p. 207-220, 2004.

CID, L.; SILVA, C.; ALVES, J. Atividade física e bem-estar psicológico: perfil dos participantes no programa de exercício e saúde de rio maior. **Revista Motricidade**, v. 3, n. 2, p. 47-55, 2007.

CRISTEA, I. A.; LEGGE, E.; PROSPERI, M.; GUAZZELLI, M.; DAVID, D.; GENTILI, C. Moderating effects of empathic concern and personal distress on the emotional reactions of disaster volunteers. **Disasters**, v. 38, n. 4, p. 740-752, 2014.

DIAS, P. P.; VITAL, T. W. O ecoturismo no estado de Pernambuco: uma revisão do segmento a partir da oferta de serviço. **Turismo em análise**, v. 25, p. 316-336, 2014.

FISHER, F.; MACHADO, A. A.; SILVEIRA, M. A. C.; VERZANI, R. H. Estados emocionais e educação física escolar: considerações iniciais à luz de uma psicologia bioecológica. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 8, n. 2, p. 89-96, 2009.

GARGUR, E. Indicação geográfica: uma ferramenta de inclusão social. **Revista Bahia Agrícola**, Salvador-BA, v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <[http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/4\\_socioeconomia02v8n2.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/4_socioeconomia02v8n2.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. ICMBio. Disponível em <[www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. Guia Básico – Indicação Geográfica. INPI, 2014. Disponível em: <[www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br)>. Acesso em: 05 abr. 2015.

LANEIRO, T.; BRITES, R.; TAP, P.; SILVA, A.; REGUINGA, O.; GUERRA, S. A influência da alteração dos ciclos circadianos na auto-percepção individual: a experiência subjectiva de fadiga, atenção, tensão e satisfação na tarefa. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 12, n. 1, p. 3-17, 2011.

LAUREANO, M. L. M.; MARTINS, R. A.; SOUSA, N. M.; MACHADO, R. A. M.; VALENTE, S. J. Relationship between functional fitness, medication costs and mood in elderly people. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 60, n. 3, p. 200-207, 2014.

MACHADO, A.; BAZOTTI, L. A certificação no turismo de aventura: uma análise do destino serra gaúcha. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Turismo e paisagem: relação complexa, v. 7, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012, p. 1-19.

MARINHO, A. Conexões entre lazer, esporte e natureza. In: FREITAS *et al.* **Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura**, São Paulo: Lexia, p. 165-174, 2010.

MARINHO, A. Atividade na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. **Revista Motrivivência**, v. 16, n. 22, p. 47-69, 2004.

MATSUDO, S. M. M.; ARAÚJO, T. L.; MATSUDO, V. K. R.; ANDRADE, D. R.; VALQUER, W. Nível de atividade física em crianças e adolescentes de diferentes regiões de desenvolvimento. **Revista Brasileira Atividade Física e Saúde**, v. 3, n. 4, p. 14-26, 1998.

MCNAIR, D. M.; LORR, M.; DROPPLEMAN, L. F. **Profile of mood states manual Educational and Industrial Testing Service**. San Diego, CA, 1971.

MULLER, M. D.; MULLER, S. M.; KIM, C. H., RYAN, E. J.; GUNSTAD, J.; GLICKMAN, E. L. Mood and selective attention in the cold: the effect of interval versus continuous exercise. **European Journal of Applied Physiology**, v. 111, n. 7, p. 1321-1328, 2011.

NEVES, T. B.; NEVES, F. B. Atividade Física e Sintomas Psicológicos da Menopausa. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 14, n. 1, p. 205-214, 2013.

NUNES, S.; RIOS, M.; MAGALHÃES, A.; COSTA, S. Ansiedade, depressão e enfrentamento em pacientes internados em um hospital geral. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 14, n. 3, p. 382-388, 2013.

OLIVEIRA, I. S. S.; GOMES, L. J.; SANTOS, J. Proposta de monitoramento dos impactos do ecoturismo no Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v.2, n.1, p. 6-24, 2009.

OLIVEIRA, I. S. S. Estudo dos impactos ambientais como subsídio para o planejamento das trilhas do parque nacional na serra de Itabaiana, SE. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 115-126, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4905/4110>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

PERICH, M. J.; CAMPS-POVILL, A.; CARRETERO, J. L. Aspectos normativos que inciden en las actividades físico-deportivas en la naturaleza. **Revista APUNTS**, Educación Físico y Deportes, Generalitat de Catalunya: Instituto Nacional d'Educació Física de Catalunya, España, n. 41, p. 44-52, 1995.

PIMENTEL, A. F.; AFONSO, R. M.; PEREIRA, H. Depression and social support in old age. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 13, n. 2, p. 311-327, 2012.

PROCHNOW, W. E.; VASCONCELOS, E. C. O estado-da-arte das ações para certificação em ecoturismo. **Caderno Virtual de Turismo**, COPPE/UFRJ, v. 8, n. 3, p. 29-40, 2008.

QUINTELLA, C. M.; TORRES, E. A.; JESUS, D. S.; PINHEIRO, H. L. C.; SILVA, SANTOS, C. A. C.; SILVA, J. C. U.; SILVA, M. R.; RUSSO, S. L.; GOMES, I. M. A. **Propriedade Intelectual**. REDE NIT- NE, 3 ed., Salvador, 2010.

RAMOS, B. D.; SOUZA, C. G. Indicações geográficas no Brasil: aspectos gerais de um certificado de propriedade industrial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29, 2009, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ENEGEP, 2009. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009\\_TN\\_STP\\_098\\_660\\_14650.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STP_098_660_14650.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2015.

REBUSTINE, F.; MACHADO, A. A. Dinâmicas sociais e estado de humor. **Motriz**, v. 18, n. 2, p. 233-244, 2012.

RICHARD, V. L.; ALAMINO, W. R.; SIMÕES, M. A. F. Gerenciamento de Riscos em Programas de Aventura. **Revista Turismo em Análise**, v. 18, n. 1, p. 94-108, 2007. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/388>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

SAMULSKI, D. M. **Psicologia do esporte: teoria e aplicação prática**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

SCALEANTE, J. A. B.; SCALEANTE, O. A. F.; SANTOS, V. Sistema de gestão da segurança em unidades de conservação. In: FREITAS *et al.*, **Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura**, São Paulo: Lexia, p. 123-136, 2010.

SCHWARTZ, G. M.; CAMPAGNA, J.; TAVARES, G. H. As atividades de aventura e a configuração do estilo pró-ativo no lazer. In: FREITAS *et al.*, **Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura**, São Paulo: Lexia, p. 72-86, 2010.

SILVA, M. S. F.; SOUZA, R. M. Padrões espaciais de alterações da paisagem na floresta Nacional do Ibura, Sergipe, Brasil. **Revista Geonordeste**, n. 3, 2013.

SILVA, M. V. V.; SILVA, J. E. Um estudo comparativo entre a legislação francesa e brasileira referente à proteção da propriedade intelectual, inovação e seu reflexo no desenvolvimento destas nações. **Revista Jurídica ESMP**, v.4, p. 207-230, 2013.

SINDORF, M. A. G.; SILVA, L. A.; GONELLI, P. R. G.; GOBATTO, F. B. M.; VERLENGIA, R.; PELLEGRINOTTI, I. L.; MONTEBELO, M. I. L.; CESAR, M. C. Comparação do gasto energético ao caminhar e correr a mesma distância. **Revista Saúde**, v. 12, n. 31, p. 7-14, 2012.

SIQUEIRA, T. V. Indicações geográficas e desenvolvimento regional: uma estratégia para o desenvolvimento regional a partir da valorização da cultura, da natureza e da história local. In: ENCONTRO PERNAMBUCANO DE ECONOMIA, n. 3, Recife, 2014. Disponível em: <<http://www.coreconpe.org.br/iiienpecon/artigos/55enpecon2014.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

SOARES, A. D. S.; DA SILVA, Q. P. O ecoturismo em áreas naturais protegidas: um instrumento para competitividade. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v. 3, n. 1, p. 44-62, 2010.

- SOCIETY, T. I. E. What is Ecotourism? **The International Ecotourism Society**, 2015. Disponível em: <<https://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 16 jan. 2015.
- STRICKLAN, J. C.; SMITH, M. A. The anxiolytic effects of resistance exercise. **Frontiers in Psychology**, v. 5, p. 1-6, 2014. doi: 10.3389/fpsyg.2014.00753.
- TAHARA, A. K.; DIAS, V. K.; SCHWARTZ, G. M. A aventura e o lazer como coadjuvantes do processo de educação cultural. **Pensar a prática**, v. 9, n. 1, p. 1-12, 2006.
- UCHÔA, S. B. B.; ROCHA, R. M.; FLORENTINO, E. A. P. G. **Cartilha de Propriedade Intelectual**. Universidade Federal de Alagoas Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Núcleo de Inovação Tecnológica, 1ª ed., Maceió, 2011. 27 p.
- VASCONCELOS, F. P.; SILVA, A. C. P.; COSTA, L. F. Turismo de aventura e ecoturismo: entre práticas e normas no contexto brasileiro. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, v. 2, n. 2, p. 108-138, 2012.
- VIANA, M. F.; ALMEIDA, P. L.; SANTOS, R. C. Adaptação portuguesa da versão reduzida do perfil de estados de humor-POMS. **Análise Psicológica**, v. 19, n. 1, p. 77-92, 2012.
- WERNECK, F. Z.; BARA, F. M. G.; RIBEIRO, L. C. S. Efeitos do exercício físico no estado de humor: uma revisão. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte e do Exercício**, 0, p. 22-54, 2006.
- YOSHIHARA, K., HIRAMOTO, T., OKA, T., KOBU, C.; SUDO, N. Effect of 12 weeks of yoga training on the somatization, psychological symptoms, and stress-related biomarkers of healthy women. **Biopsychosoc Medicine**, v. 8, n. 1, p. 1, 2014.
- ZHENG, G.; LAN, X.; LI, M., LING, K.; LIN, H.; CHEN, L.; TAO, J.; LI, J.; ZHENG, X.; CHEN, B.; FANG, K. The effectiveness of Tai Chi on the physical and psychological well-being of college students: a study protocol for a randomized controlled trial. **Trials**, v. 15, n. 1, p. 129, 2014. doi:10.1186/1745-6215-15-129.
- ZYSMAN, N.; RABINOVICH, A. A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2008.